

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

EMERSON CARLOS BAÚ

**O EMPREENDEDORISMO E OS PEQUENOS NEGÓCIOS COMO ALTERNATIVA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA RORAIMA**

Porto Alegre

2011

EMERSON CARLOS BAÚ

**O EMPREENDEDORISMO E OS PEQUENOS NEGÓCIOS COMO ALTERNATIVA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS / Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Prof. Dr. Stefano Florissi

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

B337e Baú, Emerson Carlos
O empreendedorismo e os pequenos negócios como alternativa de desenvolvimento sustentável para Roraima / Emerson Carlos Baú. – Porto Alegre, 2011.

103 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi.

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2011.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Empreendedorismo : Políticas públicas : Roraima. I. Florissi, Stefano. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 502.131.1

EMERSON CARLOS BAÚ

**O EMPREENDEDORISMO E OS PEQUENOS NEGÓCIOS COMO ALTERNATIVA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS / Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de outubro de 2011.

Prof. Dr. Stefano Florissi - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Ronald Otto Hillbrecht
UFRGS

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira
UFRR

Profª. Dra. Romina Batista de Lucena de Souza
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre me guiou e iluminou o caminho para seguir em frente.

Aos meus pais, Paulo Aldo Baú e Dione Maria Baú, pelo amor, dedicação e carinho com que orientaram a minha caminhada rumo ao crescimento pessoal e profissional.

À minha esposa, Yana, e filhos, Maria Carolina e Estevão, pelo amor, cumplicidade, apoio e compreensão diante de tantos momentos de ausência causados pelo compromisso acadêmico.

Aos meus irmãos, Paulo Roberto, Vitor Hugo, Katia Regina, ao agregado Eurico e a minha sogra Lindaura, pelo incentivo e compreensão, e a todos os meus familiares que me apoiarão em diversos momentos.

Aos meus colegas do mestrado, em especial a Osvaldo, Oridete (Detinha) e Maria Aparecida (Cidinha), pelo incentivo e companheirismo diante dos momentos difíceis. A Marcio, Ludmila e Nirval, que sempre tiveram muita disposição em fazer contribuições valiosas para a execução deste trabalho.

Ao meu orientador Dr. Stefano Florissi, pela inestimável contribuição dispensada na orientação desta dissertação. A todos os professores do curso de Mestrado Interinstitucional de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Roraima, colaboradores e parceiros do Núcleo de Estudos da Amazônia e Caribe (NECAR).

RESUMO

Roraima enfrenta o grande desafio de identificar uma vertente que assegure o seu desenvolvimento sustentável, pois a economia deste a muito é dependente dos recursos oriundos do setor público. Tomamos como ponto de partida, a análise da necessidade de pensar o desenvolvimento de forma sustentável, a partir daí traçamos as principais linhas que delimitam a sustentabilidade do desenvolvimento e o papel fundamental ocupado pelo Estado utilizando-se das políticas públicas. Foi abordado que há muito se tem destacado o empreendedorismo e os pequenos negócios como elementos essenciais na formação econômica de uma sociedade, e que em uma análise atual estes passaram a ter significativo papel no desenvolvimento sustentável desta. A partir destas análises foi desenvolvida uma alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável de Roraima, através da promoção ao empreendedorismo e aos pequenos negócios, tendo que as políticas públicas são fundamentais para alicerçar esta alternativa de desenvolvimento, e com isso a possibilidade de ampliar o bem-estar social.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento Sustentável. Pequenos negócios.

ABSTRACT

The State of Roraima comes up against the major challenge of identify an alternative that ensures its sustainable development, inasmuch the economy of this State has long depends on pocketbook originating from public sector. We've taken as a starting point, the analysis of the need of thinking about development by sustainably; thereafter we've drawn the main lines that delimit the sustainability of the development, and the key position occupied by the State using public policy. It was discussed that there has long been stressed the entrepreneurship and small business as essential elements in the economic formation of society, and that in a current analysis, they have gained significant importance on sustainable development of this. From this analysis, was developed an alternative to promote the sustainable development of Roraima, by promoting entrepreneurship and small business, having that public policies are essential to underpin this alternative of development, and with it the possibility of expanding the social welfare.

Keywords: Entrepreneurship. Sustainable Development. Roraima. Small Business.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Empreendedorismo e crescimento econômico	42
Figura 02 – O papel do Estado no estímulo ao empreendedorismo	45
Figura 03 – Desafios e vantagens de políticas públicas.....	46
Figura 04 – Recursos oferecidos pela cidade para o desenvolvimento territorial.....	49
Figura 05 – Características da introdução a inovação no mercado americano.....	51
Figura 06 – Roraima em relação a mercados consumidores potenciais	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – As cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	19
Tabela 02 – Esferas de atuação do Estado.....	23
Tabela 03 – Funções do Estado por Fukuyama.....	24
Tabela 04 – Evolução do IDH de Roraima (1990 à 2005).....	60
Tabela 05 – Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado de Roraima (2004 a 2006)	61
Tabela 06 – Taxa de crescimento e PIB <i>per capita</i> das regiões amazônicas (em US\$, ano 2000)	63
Tabela 07 – Estrutura produtiva de Roraima 1970 à 2006.....	65
Tabela 08 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos em Roraima (2004 a 2008)	66
Tabela 09 – Principais Produtos Exportados por Roraima em 2010.....	67
Tabela 10 – Quantitativo de empresas e os tipos de formalização (até Fev/2011) ...	68
Tabela 11 – Histórico de constituição e os tipos de formalização (2002 a 2010).....	68
Tabela 12 – Principais atividades formalizadas em Roraima (2010).....	69
Tabela 13 – Distribuição das terras do Estado de Roraima	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SUSTENTABILIDADE COMO UM NOVO PARADIGMA	13
2.1 A busca pelo desenvolvimento desde que seja sustentável.....	15
2.1.1 O fortalecimento do desenvolvimento sustentável	17
2.1.2 As dimensões da sustentabilidade	18
2.2 O Estado como fomentador do desenvolvimento	21
2.2.1 O papel histórico do Estado como articulador do desenvolvimento	22
2.2.2 A identificação dos potenciais regionais e o processo de incentivo	26
2.2.3 O Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento estatal de planejamento sustentável.....	28
3 O EMPREENDEDORISMO E OS PEQUENOS NEGÓCIOS – VITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO.....	31
3.1 Empreendedorismo: elemento-chave no processo econômico	33
3.1.2 Perfil empreendedor	36
3.1.3 A importância do ambiente para o empreendedorismo	38
3.2 O fortalecimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios.....	43
3.2.1 As políticas públicas e institucionais como chaves para ampliação da força empreendedora	44
3.2.2 O empreendedorismo e os pequenos negócios no novo contexto sócio-econômico	48
3.3 Modelos de desenvolvimento focados no empreendedorismo e nos pequenos negócios.....	54
4 EMPREENDEDORISMO E PEQUENOS NEGÓCIOS: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RORAIMA	57
4.1 Contexto histórico-social do Estado	58
4.2 Breve análise da estrutura econômica de Roraima	61
4.2.1 A estrutura produtiva	64

4.2.2 Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima um marco estratégico para o planejamento do Estado.....	74
4.2.3 As políticas de atração de investidores	76
4.2.4 O fortalecimento dos fundos de desenvolvimento econômico.....	81
4.2.5 A estruturação de Arranjos Produtivos Locais para atuação dos setores mobilizadores	83
4.3 Fortalecimento da cultura empreendedora e fomento aos pequenos negócios, viabilidade e consistência para o Estado.....	86
5 CONSIDERAÇÕES GERAIS	94
REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

Concomitante à evolução humana vem acontecendo a evolução do conceito e o entendimento sobre o desenvolvimento, pois ambos tratam da busca pela superação de problemas, pelo gradativo aperfeiçoamento, melhoria da qualidade de vida e pela realização. À medida que as relações do homem em sociedade evoluem e tornam-se mais complexas, evoluem também as concepções e as exigências em relação ao tipo de desenvolvimento desejado, remetendo a humanidade a repensar uma nova visão sobre o velho desafio.

Se inicialmente o desenvolvimento esteve atrelado a aspectos filosóficos, políticos e, contemporaneamente, ao progresso econômico, pela nova ótica, a noção de desenvolvimento deve extrapolar o domínio da economia para integrar-se a outros aspectos como o social, o ambiental e o institucional, apoiando-se em novos paradigmas. Seu objetivo deve ser o de construir um mundo mais justo e equilibrado, ou seja, com a ideia de sustentabilidade. O conceito deve ser dinâmico e seus indicadores devem variar com a cultura, grau de evolução e as exigências do homem no próprio local de vida.

Observa-se neste contexto um elemento que passa a compor e ser chave no conceito de desenvolvimento, o empreendedor. A análise do empreendedor denominada comumente de empreendedorismo, começou a ser discutida abertamente a partir dos economistas neoclássicos e foram sendo disseminados pelo mundo. O processo de *entrepreneurship*, enquanto fenômeno de surgimento de novos empreendedores e novos negócios é um desafio para os organismos de intervenção, tanto governamentais como empresariais ou demais setores ligados às ações de desenvolvimento.

Alguns autores apontam o empreendedorismo como um importante vetor de sustentabilidade socioeconômica nos países do mundo inteiro. No entanto, acredita-se que o papel do empreendedor pode ir além desses fatores socioeconômicos observados. Com uma mudança de valores se poderia imbuir uma nova noção de empreendedorismo orientado também para a sustentabilidade sócio-ambiental.

Nesta noção o Estado tem um importante papel na articulação de um ambiente de promoção ao empreendedorismo, devendo ser atribuição do Estado promover

o empreendedorismo estabelecendo as diretrizes para integrar informações, diagnosticar ambientes, prever ações e normatizar o uso de recursos naturais por meio de uma linha ética de desenvolvimento. Assim, através da promoção do empreendedorismo pelas políticas públicas deve-se buscar alcançar o desenvolvimento sustentável.

Esta atuação do Estado pode ocorrer por incentivos ou transmissão de conhecimentos ao empreendedor nos mais variáveis locais do seu território, promovendo o crescimento econômico, atuando de forma estruturada e mais organizada alocando os recursos disponíveis existentes nas variadas regiões, desde formação de mão-de-obra especializada, agrupamento de empresas com interesses em comum, até o incentivo à inovação em um setor estratégico empresarial.

Está claro que o esforço empreendedor dos indivíduos não pode se desenvolver unicamente a partir de uma dinâmica espontânea do mercado. É necessário aprofundar a análise do ambiente institucional que possibilita, facilita ou, pelo contrário, limita seu desempenho.

Indissociável ao fortalecimento do empreendedorismo deve-se considerar a importância dos pequenos negócios para a economia, sendo que estes são vitais no desempenho econômico de uma determinada região. Em diversas regiões mundiais, estes possuem papéis estratégicos tanto no aspecto econômico quanto no social, pois contribuem com a produção da riqueza nacional e atuam no sentido de contrabalançar as vulnerabilidades das grandes empresas proporcionando o necessário equilíbrio econômico.

O trabalho tem por finalidade identificar quais são as condições institucionais, as iniciativas regulatórias e os valores culturais que têm papel essencial para que se manifeste e se consolide o empreendedorismo através dos pequenos negócios em Roraima, pois analisar e entender o processo de inserção das micro e pequenas empresas no contexto atual da economia, caracterizada pela formação de blocos regionais e pela globalização, torna-se um trabalho extremamente relevante.

No capítulo 2 trata-se de uma análise sobre o desenvolvimento sustentável, desde o início de suas discussões no século XX e as dimensões que o envolvem. Também é tratado o papel do Estado como um elemento crucial para o fortalecimento deste desenvolvimento sustentável, fazendo o papel de articulador e de fornecedor de mecanismos de geração de informação e estímulo.

O capítulo 3 descreve o empreendedorismo e os pequenos negócios, tratando-os como elementos vitais para o desenvolvimento, pois nos levantamentos realizados identificou-se que regiões que conseguiram efetivamente estimular estes dois elementos tornam-se sustentáveis. Buscou-se realizar uma relação do papel fundamental das políticas públicas para a ampliação da forma empreendedora e foram identificados modelos de desenvolvimento baseados em empreendedorismo e pequenos negócios.

No capítulo 4 é estruturada uma proposição visando o desenvolvimento sustentável do Estado através da promoção ao empreendedorismo e aos pequenos negócios. Neste foco relacionamos os capítulos anteriores e as práticas bem sucedidas demonstrando assim a capacidade de geração de resultados que estes elementos podem trazer para Roraima, como também o que as políticas públicas podem de forma articulada impulsionar o empreendedorismo e os pequenos negócios.

Por fim foram feitas as considerações gerais que buscam traçar algumas estratégias para que Roraima consiga alcançar o desenvolvimento sustentável, tendo como base o fortalecimento do ambiente empresarial focado nos pequenos negócios e pela promoção ao empreendedorismo.

2 SUSTENTABILIDADE COMO UM NOVO PARADIGMA

O ambiente natural, desde que o ser humano descobriu habilidades e desenvolveu instrumentos, tem sido alvo de contínuas alterações. A velocidade deste processo foi multiplicada nos últimos séculos, apesar de sempre o ser humano ter exercido forte influência sobre o meio, mas era praticamente nula, face à rara atividade desempenhada naquela época, já que a preocupação restringia-se à sobrevivência, além de poucos conhecimentos e meios avançados para extração.

A Revolução Industrial que teve início efetivo no século XVIII alavancou a problemática ecológica, por meio da exploração dos recursos naturais de forma desordenada. A escassez dos recursos naturais e a emissão de gases tóxicos passaram, então, a serem considerados os grandes vilões.

No propósito de alcançar um equilíbrio entre processo produtivo, desenvolvimento da sociedade e preservação do meio ambiente, inúmeras possibilidades passaram a ser defendidas, sendo que uma delas e, talvez, a que tenha obtido um maior reconhecimento e destaque na sociedade mundial, tenha sido a busca pelo desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável cujo conceito normativo surgiu com o nome de ecodesenvolvimento, no início da década de 1970, foi definido em um contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente. Tjiboy (1993) é um dos autores que defende esta visão, e argumenta que:

...o Desenvolvimento Sustentável é na sua essência um desenvolvimento humano, e as mais diversas formas de organizações no mundo moderno tem a responsabilidade de garantir que a qualidade de vida das pessoas melhore, especialmente daquelas menos favorecidas, para que elas tenham acesso à uma qualidade de vida melhor, ou seja, que as pessoas tenham perspectivas de alcançarem a felicidade.

No foco econômico a preocupação com a sustentabilidade surge da discussão de como sustentar o crescimento no longo prazo dado que função de produção além do capital incorpora agora também os recursos naturais.

É consenso que a exploração dos recursos naturais é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer país do mundo, mas a complexidade da crise ecológica global, na atualidade, vem transformando a visão de crescimento através da industrialização nos moldes da Revolução Industrial para este novo modelo de desenvolvimento.

Neste trabalho focamos o desenvolvimento, acreditando que este tenha como objetivos:

- a) Desenvolvimento humano – foca a melhoria da qualidade de vidas das pessoas;
- b) Desenvolvimento social – abrange todos as pessoas sem exclusões; e
- c) Desenvolvimento sustentável – que trata das pessoas que vivem hoje e daquelas que viverão amanhã.

Quando se pensa nas dimensões que envolvem o desenvolvimento sustentável (eliminação da pobreza, redução das desigualdades, acesso a educação, habitação, alimentação, emprego e à saúde) os estudiosos apresentam o conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável, pois não há como preservar o meio ambiente, e por conseguinte a vida, se as pessoas não tiverem o mínimo para garantir sua existência.

Vários cientistas pesquisaram e escreveram focados no desenvolvimento, trazendo diversas e muitas vezes antagônicas visões em relação ao tema. Dentre estas identificamos a do economista Joseph Schumpeter que fez uma abordagem definindo desenvolvimento (SCHUMPETER, 1998):

- a) Consequência dos processos de produção;
- b) Consequência das inovações empreendidas e aceitas socialmente;
- c) Consequência das inovações;
- d) As inovações surgem da ação dos agentes “econômicos” (ou empreendedores);
- e) A questão da inovação pode ser tratada como um objetivo coletivo ou individual.
- f) As inovações impõem movimento ao estado estacionário, impedindo o fluxo circular ou de convergência para equilíbrio;
- g) As alterações das condições econômicas são fenômenos endógenos dos processos de produção.

2.1 A busca pelo desenvolvimento desde que seja sustentável

Uma definição de desenvolvimento já está consensuada entre os economistas e demais cientistas sociais, é que este não pode ser simplesmente definido como crescimento econômico. Esta amplitude o conceito de desenvolvimento assumiu desde o fim da década de 80 e início da década de 90.

O economista Celso Furtado estabelece que crescimento:

Deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Este crescimento não implica, necessariamente, em modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo. Pode-se conceber expansão da produção de um setor decorrente da absorção de fatores antes disponíveis ou retirados a outros setores de mais baixa produtividade, sem que intervenham modificações nas funções de produção. (FURTADO, 1970)

Desta forma, um novo conceito de desenvolvimento, segundo o qual se busca um melhor equilíbrio entre a situação econômica dos homens nos diversos países, passou a permear o debate entre os estudiosos de economia no mundo. Becker ilustra bem as novas variáveis que passaram a fazer parte do cenário de debate acerca do conceito de desenvolvimento transcrito abaixo:

O contexto recente é amplamente favorável para a discussão e elaboração de um novo tipo de desenvolvimento. As crescentes evidências do custo ambiental do desenvolvimento industrial vigente, a crise ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada à má distribuição de alimentos (decorrentes das novas relações econômicas internacionais), as "rupturas recentes" (demográficas, do modelo de agricultura familiar, a dissociação entre agricultura, território e meio ambiente), as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento (anos 50 e 60) e a contribuição dos movimentos libertários e civis pós-68, são alguns "elementos decisivos" no debate social e político sobre esta questão. (BECKER, 2002)

E ainda mais novo neste contexto está o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo este algo que entremeia uma visão elementar relativamente nova na

discussão doutrinária, onde Almeida Junior (2002) defende que “a noção de desenvolvimento sustentável permeia a produção intelectual e a agenda política do mundo contemporâneo”. Outro conceito pertinente dentro da ótica de abordagem do presente estudo é o definido por Leff ao aduzir que:

O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Nesse sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais. (LEFF, 2002)

Neste sentido, temos um impasse a ser superado, pois, a ciência ainda busca formas de mensuração e definição de indicadores para o desenvolvimento sustentável e visando fornecer as bases científicas para tomadas de decisões. Já os demais elementos que compõem a sociedade tem por necessidade definir, de maneira consensual, quais linhas prioritárias do desenvolvimento devem ser buscadas constantemente a sustentabilidade.

O evento *Rio-92* foi um marco na tentativa de solucionar este impasse e principalmente para a promoção do desenvolvimento sustentável, mesmo não tendo efeitos imediatos o assunto passou a ser amplamente discutido por quase todos os elementos da sociedade, não ficando apenas restrito ao âmbito político. Esta discussão deu início a formação da denominada Agenda 21, sendo que esta é uma forma de plano estratégico de desenvolvimento fundamentado em indicadores e elaborado em bases minimamente consensuais com a sociedade civil organizada. No capítulo oito da Agenda 21 que discorre sobre a integração entre meio ambiente e desenvolvimento nos planos políticos, de planejamento e de manejo versa que:

Os sistemas de tomada de decisão vigentes em muitos países tendem a separar os fatores econômicos, sociais e ambientais nos planos político, de planejamento e de manejo. Esse fato influencia as ações de todos os grupos da sociedade, inclusive Governos, indústria e indivíduos, e tem importantes implicações no que diz respeito à eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento. Talvez seja necessário fazer um ajuste ou mesmo uma reformulação drástica do processo de tomada de decisões, à luz das condições específicas de cada país, caso se deseje colocar o meio ambiente e o desenvolvimento no centro das tomadas de decisões políticas e econômicas

- na prática determinando uma integração plena entre esses fatores. (AGENDA 21, 2011)

Portanto, quando se considera os conceitos de desenvolvimento sustentável acaba-se por verificar que esta locução está ligada diretamente ao campo da criação de políticas que sejam eficazes a criar modelos que visem garantir uma melhor qualidade de vida às populações atuais sem comprometer os recursos naturais existentes a fim de que às gerações futuras possam viver harmoniosamente com a natureza.

2.1.1 O fortalecimento do desenvolvimento sustentável

A partir da segunda metade do século XX começou-se a perceber em nível planetário a degradação ambiental e suas consequências, originando estudos e as primeiras reações de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente.

A Organização das Nações Unidas – ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – que ficou conhecida como Comissão Brundtland, e os trabalhos desta foram concluídos em 1987 com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais, o qual foi denominado “Nosso Futuro Comum”. Neste documento os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental. O relatório elaborado define que “o desenvolvimento sustentado pressupõe uma preocupação de equidade social entre as gerações, preocupado que deve estar presente, logicamente, numa mesma geração”.

Este relatório apresentou uma lista geral de medidas que os Estados deveriam tomar para esta finalidade, sendo:

- a) Limitação do crescimento populacional;
- b) Garantia de alimentação a longo prazo;
- c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;

- d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) Aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) Controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; e
- g) As necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Neste contexto é possível perceber que a preocupação e o foco das ações das políticas públicas, está na questão da equidade social entre gerações levando em consideração um modelo de desenvolvimento positivo para as gerações presentes, sem risco à perpetuação da espécie humana. Logo, o padrão vigente de desenvolvimento deve ser capaz de deixar para as gerações futuras um legado que lhes garanta a sobrevivência.

2.1.2 As dimensões da sustentabilidade

Não há uma definição consensual sobre o que é *sustentabilidade* para ser aplicada a todas as situações e que não seja excessivamente genérica. Visando o alcance da sustentabilidade algumas dimensões devem ser definidas como pilares de sustentação, pois a partir destas é que são fortalecidas e incentivadas os demais fatores pertinentes a melhoria da qualidade de vida, do crescimento econômico e da preservação ambiental. Sendo estas:

- a) Eliminação da pobreza;
- b) Conservação de recursos básicos para a vida;
- c) Ampliação do próprio conceito de desenvolvimento que passa a englobar não apenas o crescimento econômico, mas também deve abarcar o crescimento cultura e social;
- d) Interligação da economia e da ecologia (ecoecologia).

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável deve ser visto de modo amplo, indo além da manutenção do capital físico. Assim, ganha destaque neste cenário a

valorização do capital humano (conhecimento técnico e administrativo e sua disseminação através da educação), conforme cita Becker (2002). Além do capital humano outros fatores devem ser pesados quando da análise do processo de desenvolvimento sustentável de um ambiente local.

O desenvolvimento sustentável é o caminho encontrado, até o presente momento, para amenizar os impactos negativos gerados pelo processo da industrialização. Para isso é necessário que seja por meio de pesquisas e investimento em ciência – principalmente a biotecnologia, visando reduzir tais impactos contra o meio ambiente e os recursos naturais, considerados como fonte de riquezas e alternativas de crescimento econômico para os seus detentores, proporcionando uma perspectiva de qualidade de vida para as presentes e futuras gerações do mundo.

Um trabalho elaborado por pesquisadores com base nas proposições feitas por Sachs¹, estruturou as proposições que o mesmo tinha desenvolvido para o eco-desenvolvimento com os princípios do desenvolvimento sustentável, onde a partir deste trabalho são definidas as cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 01 – As cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Dimensão	Componentes	Objetivos
Sustentabilidade Social	Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada; - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.	Redução das desigualdades
Sustentabilidade Econômica	Fluxo permanente de investimentos públicos e privados; - Manejo eficiente dos recursos; - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais; - Endogeneização: contar com suas próprias forças	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa
Sustentabilidade Ecológica	Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; - Prudência no uso dos recursos naturais; - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; - Cuidados ambientais.	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações

¹ Ignacy Sachs, ambientalista brasileiro, foi um dos pioneiros do conceito de Ecodesenvolvimento no início da década de 70..

Sustentabilidade Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades e de população); - Desconcentração/democratização do poder local e regional; - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema; - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial Repressivo

Fonte: In Ignacy Sachs (1993) adaptado por Montibeller Filho (2001).

Cabe ressaltar que quando analisamos estas cinco dimensões temos que perceber ainda que um ecossistema em equilíbrio não quer dizer um ecossistema estático. É um sistema dinâmico que se modifica, embora lentamente, graças a interações entre as diversas espécies nele contidas.

Dados os problemas econômicos, sociais e ambientais que assolam o planeta atualmente, o desenvolvimento sustentável é campo de vasto debate. O relatório da *World Commission On Environment and Development* deixa claro que:

Percebe-se a emergência da necessidade da construção de uma economia em que os recursos ambientais e as necessidades da sociedade como um todo estejam em equilíbrio, sem, no entanto, comprometer as futuras gerações (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

O desenvolvimento sustentável é fruto de significativas transformações no comportamento das sociedades modernas, construindo uma verdadeira “Revolução Ambiental” que emergiu como uma mudança necessária para a preservação da própria existência humana, tendo em vista a percepção de que o uso incorreto dos recursos naturais representa o risco de extinção da humanidade.

No contexto internacional podemos elencar que as recomendações da Comissão Brundtland busca estabelecer um clima de cooperação e solidariedade internacionais com efetivas ações. Para isso surge a necessidade de se criar um ambiente econômico dinâmico e propício as nova políticas ambientais e valorar ações cujo foco seja a preservação, apoio mútuo no comércio justo e estimular políticas macroeconômicas mais favoráveis ao meio ambiente.

Importante ressaltar que é inerente ao Desenvolvimento Sustentável que haja desenvolvimento econômico, caso contrário, não há como garantir saúde, educação, moradia, alimentação, vestimenta, etc. A capacidade da humanidade em extinguir a própria raça acresce de responsabilidade os tomadores de decisões.

Podemos concluir que para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário conjugar esforços de toda a sociedade, sem a exclusão de qualquer segmento, discutindo-se temas importantes como: explosão demográfica, controle da natalidade, desenvolvimento industrial e depredação, nova política educacional, dentre outros. Assim compete ao Estado criar condições propícias para o fortalecimento do empreendedorismo visando o desenvolvimento da economia de forma sustentável.

2.2 O Estado como fomentador do desenvolvimento

Segundo Bresser (2001), no Brasil as alterações na sociedade e na economia decorrente da mobilidade social, o “enxugamento organizacional”, as influências tecnológicas na produção e gestão administrativa das empresas, contribuíram para a maior preocupação com a geração e distribuição da renda, e, conseqüentemente, observa-se o estímulo para iniciativas governamentais relacionadas a políticas que incentivem a geração de emprego e promoção do empreendedorismo.

Duarte (2002, *apud* Rezende, 2001) cita que as funções do Estado expandiram-se consideravelmente no decorrer deste último século. De posição inicial bastante modesta, na qual lhe cabia apenas a prestação de alguns serviços essenciais à coletividade – tais como justiça e segurança, em que as características especiais de oferta e demanda não induziam o setor privado a produzir – o papel do governo na economia ampliou-se substancialmente.

No plano específico da economia, a perspectiva de que o Estado é a instância necessária da articulação e execução de políticas de desenvolvimento se embasa na tese de que essa instância política controla os três pilares fundamentais da economia:

- a) Câmbio – que de forma direta interfere e define os custos dos produtos importados e a lucratividade dos negócios de exportação e da indústria nacional submetida à concorrência externa;
- b) Juros – onde são estabelecidas as vantagens e os custos relativos das opções financeira e produtiva de acumulação;
- c) Taxa básica de salário – principal referência na opção tecnológica empresarial e um dos fundamentos da equação distributiva interna.

2.2.1 O papel histórico do Estado como articulador do desenvolvimento

Ao longo dos séculos XIX e XX ficou fortalecido a visão que os Estados Nacionais são a instância necessária para a articulação e a execução de projetos consistentes de desenvolvimento econômico e social, mesmo que muitas vezes este sejam insuficientes para o alcance de tais objetivos.

Na análise realizada por Barre (1956) em relação ao papel do Estado no desenvolvimento afirma que “historicamente, o Estado tem assumido papel de participante ativo do processo de desenvolvimento econômico das nações, sendo o definidor dos impostos a serem pagos, da legislação do trabalho e dos regimes aduaneiros”.

Francis Fukuyama (2004) cita que o enfraquecimento do Estado passa a ser fortemente percebido no mundo pós-guerra fria e acentua-se na década de noventa no mundo inteiro. A crise mundial em 2008 expôs as fragilidades do sistema e afetou consideravelmente as condições de vida de importantes segmentos da população, segundo Bresser (2010):

A crise do Estado implicou na necessidade de reformá-lo e reconstruí-lo; a globalização tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções. Antes da integração mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, os Estados podiam ter como um de seus objetivos fundamentais proteger as respectivas economias da competição internacional.

Percebe-se que o papel do Estado se alterou nos últimos anos, deixando de ter a atuação de um controlador onipotente das atividades da sociedade para ser, por vezes, um árbitro e ora apenas mais um dos vários atores do processo de globalização. Depois da globalização as possibilidades do Estado de continuar a exercer esse papel diminuíram muito. Seu novo papel é facilitar a economia nacional tornando-a internacionalmente competitiva. A regulação e intervenção continuam necessárias, na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura - uma intervenção que não apenas compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente que capacite os agentes econômicos competir em nível mundial. Nessa premissa, a presença do Estado pode ser compreendida nos seguintes campos:

Tabela 02 – Esferas de atuação do Estado

Ação	Foco
Produção	dos bens públicos tradicionais: <ul style="list-style-type: none"> • segurança; • justiça; • defesa nacional; • etc.
Provisão	dos serviços de interesse coletivo: <ul style="list-style-type: none"> • saúde; • educação; • etc.
Modernização	da infraestrutura básica: <ul style="list-style-type: none"> • energia e água; • estradas; • portos e aeroportos; • saneamento.
Assistência	<ul style="list-style-type: none"> • previdência; • seguridade social;

Fonte: Francis Fukuyama (2004)
Adaptado pelo autor

Fukuyama (2004), no informe sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, de 1997, sugere três divisões às funções do Estado: Funções Mínimas, Funções Intermediárias e Funções Dinâmicas. A tabela 3 seguinte faz uma contextualização do que compreende cada uma destas funções.

Tabela 03 – Funções do Estado por Fukuyama

Funções	Abrangência
Mínimas	<ul style="list-style-type: none"> • gestão dos bens públicos puros; • defesa da lei e da ordem; • defesa dos direitos de propriedade; • gestão macroeconômica; gestão da saúde pública; • prever o aumento da equidade e proteger os mais pobres
Intermediárias	<ul style="list-style-type: none"> • proteção dos efeitos externos sobre a educação e meio ambiente; • regulação dos monopólios; • correção de educação imperfeita; • seguridade social e regulamentação financeira
Dinâmicas	<ul style="list-style-type: none"> • gestão da política industrial • busca pelo aumento da riqueza interna

Fonte: Francis Fukuyama (2004)
Adaptado pelo autor

Hoje, o sentimento mundial reativa as preocupações com os modelos de gestão de governo. Em função dessa nova realidade as organizações públicas buscam constantemente identificar todos os elementos, assim como todas as variáveis e as janelas, que não viram ainda, que podem ser abertas para aumentar a interação dos sistemas pessoal, interpessoal e organizacional.

Segundo Bresser (1997) modernizar o Estado é uma questão urgente, mas não com a idéia fixa de aumentá-lo ou diminuí-lo, e sim com o objetivo de torná-lo um ente que atenda às necessidades coletivas da sociedade e defina políticas que realmente estruture à nação um desenvolvimento sustentado. Neste sentido, o Estado, por meio de políticas públicas, está buscando práticas de gestão que melhorem seu desempenho e possibilitem o desenvolvimento sustentável, sendo que um dos pontos é trabalhando o capital empreendedor de seus habitantes. O autor ainda defende as principais características da administração pública gerencial, que também vem sendo chamada de nova administração pública:

- a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
- b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);
- c) fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou corpos de Estado, e valorização do seu trabalho técnico e po-

lítico de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;

d) separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;

e) distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas que realizam atividades exclusivas de Estado, por definição monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não está envolvido;

f) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;

g) adoção cumulativa para controlar as unidades descentralizadas dos mecanismos, (1) de controle social direto, (2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos, e (3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;

h) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.

O desenvolvimento econômico e industrial têm sua base de crescimento em mais de uma variável, sendo o Estado um dos atores de indiscutível importância para a sua sustentabilidade

Neste contexto o Estado pode ser considerado o provedor de políticas que promovam a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, assim como pode tentar corrigir as externalidades negativas promovidas pelo setor produtivo, que em um primeiro momento está interessado apenas no lucro e não aos problemas ocasionados pela sua produção.

Portanto, a grande questão a ser resolvida neste início de milênio, principalmente pelo Estado, está em criar os mecanismos eficientes para conciliar desenvolvimento econômico à manutenção da qualidade do meio ambiente.

2.2.2 A identificação dos potenciais regionais e o processo de incentivo

Inicialmente estabelecemos que, para o contexto do presente trabalho, o “potencial regional” é, assim, antes de mais nada, a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente. Vale dizer: a sustentabilidade do crescimento é a primeira e a principal determinação do que denominamos “potencial regional”.

E para que se alcance este potencial regional, de forma efetiva, temos como pressuposto que o processo de planejamento econômico objetive efetivamente o desenvolvimento regional. É necessário que haja inicialmente de forma prioritária o conhecimento técnico-econômico da região e de seus potenciais. Esta ação irá possibilitar a interação nos seguintes processos:

- a) Participação relativa da região no uso dos recursos naturais locais, a partir de critérios econômicos e políticos de alocação de recursos inter-regional;
- b) Ser determinante na magnitude econômica e política estadual que tem a região;
- c) Demonstrar capacidade de organização socioeconômica, determinante das demonstrações econômicas produtivas que objetive estados de desenvolvimento regional.

Cabe destacar que quando nos referimos à potencialidade, estamos focados na identificação de setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescente dos agentes produtivos locais e de seus dependentes com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente. Ou, ainda, dar início e sustentação a um processo de crescimento sustentável, onde os determinantes do sucesso e da competitividade de longo prazo vão sendo internalizados de forma crescente pelas firmas e pelos agentes produtivos locais.

Fundamentalmente, para estabelecermos a potencialidade de uma região deve-se ter conhecimento dos recursos da região que podem ser mobilizados de forma

superior², ou porque estão. Aquilo que já existe — recursos naturais, plantas industriais, infra-estrutura, *know-how*, capital humano, capital social, etc. — e que se encontra subutilizado ou mal utilizado apresenta custo de oportunidade nulo ou reduzido. Assim, identificar o potencial de uma região passa, necessariamente, pela identificação do que a região possui e não se encontra utilizado ou está sendo apenas subutilizado.

Por isso que o processo de desenvolvimento endógeno é primordial para regiões de carência socioeconômica, no qual a capacidade de autonomia decisória seja algo crescente, capaz de captar e re-inverter o fluxo dos excedentes econômicos produtivos para o eixo sinérgico da região, tendo a preocupação constante acerca do processo de inclusão socioeconômica, como o aumento da conscientização de caráter ambiental.

Visto deste modo, o planejamento regional que objetive programas para o desenvolvimento econômico, calcado nos potenciais econômicos como fatores de produção indutivos deve privilegiar a questão da região dita de planejamento com forte favorecimento de novas técnicas de gestão da organização regional e, por eixos sinérgicos inter-regionais.

Um dos aspectos mais marcantes da realidade econômica e social atual de cada território e, mais determinante para o seu desenvolvimento econômico é o modo de organização territorial dos processos produtivos que lhe é característico e a natureza das estratégias empresariais que nele estão habitualmente em funcionamento.

Entre os aspectos mais marcantes da realidade econômica e social atual de cada região e mais determinantes para o seu desenvolvimento econômico futuro, destacam-se:

- a) O modo de organização territorial dos processos produtivos que lhe é característico;
- b) A qualidade e a natureza das estratégias de eficiência coletiva nele implementadas ou em implementação no território;

² Entende-se por mobilização de forma superior quando estes potenciais encontram-se subutilizados ou porque estão sendo utilizados de uma forma que não maximiza o rendimento potencial de sua mobilização.

- c) A natureza das estratégias empresariais que estão habitualmente nele em funcionamento e dos modelos territoriais de governança que em seu torno é possível implementar.

Um desdobramento fundamental dessa primeira determinação é que a identificação do potencial econômico regional passe a ser tarefa essencial para a administração racional de recursos públicos. Afinal, o dinheiro público deve ser aplicado prioritariamente em programas, projetos e ações que tragam o maior benefício para a coletividade e pelo maior período de tempo possível por unidade de dispêndio.

Atualmente, os estados-membros identificaram uma ferramenta que permite conciliar o planejamento para o desenvolvimento de forma sustentável, denominado de Zoneamento Ecológico-Econômico.

2.2.3 O Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento estatal de planejamento sustentável

Ao buscar o desenvolvimento de uma região e que este seja sustentável urge a necessidade do estabelecimento de um plano nacional e mesmo internacional de intercâmbio de conhecimentos técnicos específicos na área ambiental. Este processo foi fortalecido nos últimos anos com estudos e análises de como desenvolver garantindo a sustentabilidade. Os Zoneamentos Ecológicos Econômicos surgiram como ferramentas de planejamento focados na sustentabilidade revendo a legislação para adequá-las ao propósito almejado.

A aprovação da Lei nº 6.938/81 institui a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo principal é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1981).

Art. 5º - As diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no

que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Infere-se que o planejamento ambiental, por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico, seja eficaz para assegurar os objetivos do Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA). De acordo com Santos (2004), o Zoneamento Ecológico-Econômico serve de subsídio para a formulação de políticas territoriais em todo país voltadas para a proteção ambiental, a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda de capital natural.

Legalmente podemos definir que o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que atua na organização territorial, conforme o Decreto nº 4297, de 10 de julho de 2002, que regulamenta o Art. 9º, inciso II, da Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

Art. 2º O Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

Percebe-se que este instrumento se torna decisivo na formulação de políticas públicas, pois aponta as atividades que podem e devem ser implantadas, indicando a vulnerabilidade e a potencialidade de dadas porções do território diante da implantação de atividades mais ou menos sustentáveis. Ainda caracteriza-se por ser um instrumento dinâmico, haja vista que demanda constantes atualizações.

Para Cavalcante (2003), o Zoneamento Ecológico-Econômico é:

um instrumento de organização do território que tem por finalidade propiciar um diagnóstico preciso meio físico-biótico, sócio-econômico e sobre sua organização institucional e proporcionando, ainda, diretrizes de ação, as quais deverão refletir os diferentes interesses dos cidadãos.

Desse modo contribui para um sistema de planejamento mais eficaz, onde os investimentos e esforços, públicos e privados, sejam aplicados de acordo com as peculiaridades das zonas, as quais passam a ser tratadas como unidades de planejamento.

Resumidamente podemos então considerar que o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento técnico de informação sobre um território geográfico. Este nos dá indicativos sobre a utilização dos recursos naturais, a partir dos seguintes pontos de análise: Quais são? Onde estão? Quantos são? Como estão?

Uma especificidade do Zoneamento Ecológico-Econômico enquanto instrumento de planejamento refere-se a questão amazônica, pois o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal foi estabelecido em 1991 pelo Governo Federal, tendo como objetivos definidos:

- a) O ZEE é entendido como "*um dos instrumentos para a racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades*", subsídio a estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais em busca do desenvolvimento sustentável;
- b) A finalidade do ZEE é "*dotar o Governo das bases técnicas para a espacialização das políticas públicas visando a Ordenação do Território*".
- c) Por sua vez "*a Ordenação do Território é entendida como expressão espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica*", tal como definida na Carta Européia de Ordenação do Território (1983).

Neste contexto a essência do Zoneamento Ecológico-Econômico é buscar identificar a melhor forma de explorar racionalmente os recursos naturais. Sendo que ao se racionalizar o processo de desenvolvimento utilizando-se do Zoneamento Ecológico-Econômico deve-se analisar sua formulação e desenvolvimento por meio de três prismas distintos: Sustentável, Holístico, Sistêmico.

3 O EMPREENDEDORISMO E OS PEQUENOS NEGÓCIOS – VITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

Desde o século passado o mundo vem passando por mudanças significativas na sua estrutura, e obrigando a repensar o Estado e as empresas. Entre estes fenômenos temos o fortalecimento da globalização, a formação de blocos econômicos, a disseminação de novas tecnologias, a democratização das sociedades, o crescimento da violência e catástrofes ecológicas, tornando imprescindível a flexibilização das regiões para assimilar tais transformações.

Estas relevantes mudanças nos panoramas político, econômico, social, tecnológico, cultural, demográfico e ecológico têm inspirado grandes transformações nas estratégias das organizações (HALL, 1988). Para enfrentar tal conjuntura novas formas organizacionais devem ser flexíveis, adaptativas e responsivas às necessidades dos clientes e dos requisitos do mercado, haja vista que as organizações também estão em contínua mudança. Druker (1993) considera que “tempo de mudanças é tempo para empreendedores capazes de antecipar e/ou liderar a mudança, uma vez que ela não pode ser gerida”.

O ambiente de abertura comercial e aumento da competitividade da segunda metade do século anterior impõem aos governos soluções visando o desenvolvimento do processo de inovação dentro e fora da esfera pública. Com isso as políticas de incentivo a inovação passaram a fazer parte das políticas públicas dos países.

Estabelecendo que uma inovação implica na existência de um inovador — alguém que é o responsável por combinar os fatores da produção de novas formas, e não é, evidentemente, um homem de negócios “normal”, que segue as rotinas preestabelecidas, e, sim, busca constantemente a quebra de paradigmas. Schumpeter pegou uma antiga palavra do léxico econômico e a usou para descrever este revolucionário da produção: empreendedores, cuja atividade inovadora constitui a fonte de lucro no sistema capitalista.

Predomina, atualmente, a tendência para abordar o empreendedorismo e a inovação numa óptica integrada, por se considerar que os empreendedores são agentes de mudança e crescimento de uma economia, podendo agir para acelerar a

geração, a disseminação e a aplicação de ideias inovadoras. Não é, pois, por acaso que documentos recentes da Comissão Européia e de outras organizações internacionais reforçam a ideia de promover o empreendedorismo, num contexto em que a inovação, a competitividade e o emprego são preocupações políticas e estratégicas.

A filosofia subjacente à abordagem que alia o empreendedorismo à inovação e à competitividade assenta no princípio que a viabilização de uma sociedade se baseia na valorização de três objetivos:

a) um desenvolvimento econômico: capaz de refletir uma eficiente exploração de recursos, preservando o ambiente e gerando bem-estar (emprego, riqueza e valorização individual);

b) uma sustentabilidade ambiental que não impeça o desenvolvimento econômico e que permita um usufruto da natureza pelo Homem;

c) um bem-estar social assente em valores éticos que facilitem um diálogo entre o desenvolvimento e o ambiente.

A atividade empreendedora é objeto de estudo em mais de 50 países da comunidade internacional com o apoio da *Babson College* e da *London Business School*, além de recursos da *Ewing Marion Kauffman Foundation*. O Brasil faz parte dessa rede de pesquisadores e anualmente publica o resultado com o nome de Relatório GEM³, contendo dados e informações que revelam a atividade empreendedora nas suas diferentes facetas dentro do contexto brasileiro.

Partindo da concepção que as instituições tem obrigações e deveres junto a sociedade que às mantém, buscou identificar e definir quais são aquelas que possuem maior correlação com a promoção da capacidade empreendedora, sendo que foram identificadas aquelas que consideramos primordiais:

- a) Promoção ao desenvolvimento econômico;
- b) Disposição em defesa do meio ambiente;
- c) Fomento ao associativismo e cooperativismo;
- d) Articulação estratégica dos atores de fomento e fiscalização;
- e) Criação de imagem e reforço da identidade local;
- f) Iniciativas de mudança cultural e comportamental.

³ O GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), fundado pela britânica London Business School e pelo americano Babson College, mede o nível de atividade empreendedora no mundo desde 1999. No Brasil, o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) e o responsável, desde o ano 2000, pelas informações coletadas e publicadas sobre o tema.

3.1 Empreendedorismo: elemento-chave no processo econômico

Ao iniciarmos nossa pesquisa para a definição do termo empreendedorismo foi possível observar que não há consenso sobre o tema. Mas identificamos que as associações dos estudos em empreendedorismo, contantemente referem-se à inovação e às forças direcionadoras do desenvolvimento econômico.

Segundo Julien (2010) muito antes do empreendedorismo ser estudado por Jean-Baptiste Say, na França, no século XIX, o termo ‘empreendedor’ já era usado, no ocidente, no século XVIII, para classificar aqueles que se associavam a proprietários de terras e a trabalhadores assalariados para fazer negócios e, antes ainda, no século XVI, na França, já era usado para classificar os coordenadores de operações militares.

Considerado por vários autores o pioneiro do termo empreendedorismo, o economista francês Richard Cantillon que teve seu livro “Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral” lançado em 1755 mais de 30 anos após sua morte, explicava que em um sistema de mercado, para que algo fosse vendido, era necessário, primeiramente, que o produto fosse fabricado, transportado e estocado; e para isso, era necessário, que alguém assumisse os riscos destas operações.

Nesta corrente segue o economista francês Jean-Batist Say em 1803, que descreveu o empreendedor como sendo um cidadão que:

transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”, uma pessoa de visão, capaz de obter lucro a partir das oportunidades vislumbradas e assumindo os riscos do negócio. (apud SOARES, D.J et. al, 2007).

Drucker (2002) afirma que, embora Say fosse um admirador de Adam Smith, o seu conceito de empreendedor e *entrepreneurship* é independente da economia clássica e, na verdade, incompatível com ela:

A economia clássica otimiza o que já existe, como fazem as principais correntes da teoria econômica até os dias de hoje, incluindo os keynesianos, os adeptos de Friedman e os do lado da Oferta. Ela se concentra em obter

o máximo dos recursos existentes e almeja estabelecer o equilíbrio. Ela não pode cuidar do empreendedor, e assim o condena ao reino nebuloso das “forças externas”, juntamente com o clima e condições de tempo, governo e política, pestilência e guerra, mas, também, tecnologia. O economista tradicional, qualquer que seja a escola ou “ismo” a que pertença, naturalmente não nega que essas forças existam ou que elas não importam. Contudo, elas não fazem parte do seu mundo, nem tampouco são levadas em consideração no seu modelo, nas suas equações ou nas suas variações. (DRUCKER, 2002).

Durante o início do processo de industrialização que ocorria no mundo durante o século XVIII, finalmente foram diferenciados os capitalistas do empreendedor. E a partir do século XX estabeleceu-se um importante marco conceitual para o empreendedorismo, através das obras do economista Schumpeter, que concebe o empreendedor como sendo um agente de mudanças, adotando o termo de “destruição criadora” e diferenciando os conceitos de empresário do empreendedor.

Uma das mais antigas conceituações, ainda hoje utilizada, pertence a Schumpeter que estudou o empreendedorismo como sendo um fator de desenvolvimento econômico, ressaltando a importância do papel do empreendedor na economia devido à introdução de novas combinações no mercado.

Focada na quebra de paradigmas a abordagem de Schumpeter foi utilizada para descrever a evolução tecnológica e as mudanças industriais que estavam ocorrendo. O economista acreditava que o progresso era resultado de um processo de destruição criativa, através do qual, o desenvolvimento de novas tecnologias, os novos processos e os novos produtos, acabavam destruindo os antigos sistemas, tornando ultrapassados os produtos que existiam.

De maneira pontual Schumpeter define o empreendedor como sendo:

o agente do processo de destruição criativa [...], o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, constantemente criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados e, implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros. (SCHUMPETER, 1994)

No artigo *‘Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor’* escrito pela Dr^a Ana Maria Braga Martes, discorre que no livro *O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter faz uso da categoria empreendedor,

para mostrar os limites da teoria econômica neoclássica, especialmente sua incapacidade para incorporar e a análise o fenômeno do desenvolvimento. A teoria do equilíbrio geral não incorpora a descontinuidade:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais do que um modo de tratar este fenômeno e os processos a ele inerentes. (MARTES, 2010 apud SCHUMPETER, 1985)

Depois de Schumpeter o empreendedorismo tornou-se fonte de estudo e pesquisa de várias áreas de conhecimento, com vários enfoques, porque muitos outros pesquisadores, profissionais e instituições de ensino e pesquisa desenvolveram e desenvolvem trabalhos sérios e acreditam nos benefícios do empreendedorismo para o desenvolvimento sócio-econômico dos locais onde ele é promovido. Estes trabalhos estão ampliando a compreensão de sua importância e desenvolvendo o empreendedorismo na teoria e na prática.

Portanto, o tema empreendedorismo começa a ter relevância e ganha espaço em outras áreas das ciências a partir da metade do século passado. O final do século XX foi marcado por estudiosos da corrente de pensamento comportamentalista como Max Weber, David C. McClelland, Brockhaus, Lorrain, Dussauet e Fillion.

Apesar dos estudos realizados pelos comportamentalistas não há evidências científicas, suficientes, capazes de traçar um perfil definitivo da personalidade empreendedora. Entretanto, existem algumas características comuns àqueles indivíduos empreendedores, como: criatividade, inovação, liderança, assunção de riscos moderados, flexibilidade nas decisões, necessidade de realização, iniciativa, envolvimento a longo prazo e sensibilidade (Fillion, 2000).

3.1.2 Perfil empreendedor

Como discutido anteriormente o tema empreendedorismo ganhou notoriedade nas discussões econômicas mas hoje trata-se de um assunto transversal recebendo importantes contribuições na sua discussão de outras áreas, como: psicologia, sociologia, administração e outros que utilizam-se do termo e dos conceitos base.

Para Fillion (1999) é interessante observar que o tema empreendedorismo é estudado por pessoas de formações acadêmicas variadas. Segundo este:

É interessante notar que o desenvolvimento do empreendedorismo como uma disciplina não segue o padrão de outras disciplinas [...] a assimilação e integração do empreendedorismo pelas outras disciplinas, especialmente nas ciências sociais e administração, é impar como fenômeno, e nunca tinha antes ocorrido em tamanha extensão na construção paradigmática em disciplinas dessas ciências.

Muitas pesquisas nesta área tiveram como foco as características pessoais do indivíduo empreendedor: os economistas associando o empreendedor com a inovação, enquanto os psicólogos e sociólogos concentrando-se nos aspectos ligados à criatividade e intuição. De forma genérica, empreendedorismo costuma ser definido como o processo pelo qual indivíduos iniciam e desenvolvem novos negócios. Considerado dessa forma o empreendedorismo é tido como um complexo fenômeno envolvendo o empreendedor, a empresa e o ambiente no qual ele ocorre.

O economista Julien (2010) faz considerações importantes acerca da abordagem que as diversas temáticas tem sobre empreendedorismo, e cabe aqui ressaltar a abordagem econômica que o mesmo fez definindo o importante papel do empreendedor como elemento crucial na economia:

É verdade que o empreendedor e o empreendedorismo são pouco presentes nas teorias econômicas. [...]. Contudo o empreendedorismo só pode se desenvolver em um ambiente econômico nos quais age o empreendedor e que dão a ele informação necessária para se ajustar e encontrar oportunidades de negócio.

David McClelland encontrou na história a razão para a existência de grandes civilizações. Segundo ele os heróis nacionais seriam tomados como modelos para gerações seguintes que imitariam os seus comportamentos e, a partir daí, se capacitariam a superar obstáculos e a aumentar os limites do possível. McClelland conclui que um povo estimulado por tais influências desenvolve uma grande necessidade de realização pessoal.

Este autor então define que os empreendedores são como pessoas voltadas para a auto-realização: o empreendedor não realiza sua atividade econômica simplesmente por resultados monetários, há um componente motivacional muito mais forte que é o desejo de sucesso, de fazer um bom trabalho. A utilidade em termos econômicos é simplesmente uma medida do bom trabalho realizado, não um fim em si mesma. Segundo McClelland o empreendedor é o gerente das grandes organizações, alguém que exerce controle sobre uma produção que não se destine somente ao seu consumo pessoal.

Na perspectiva da teoria de base comportamental o argumento central é a identificação das características de comportamento de indivíduos que criaram empreendimentos. Assim, estudiosos que adotaram esta vertente verificaram que os empreendedores têm características psicológicas que os diferenciam de outras populações, por exemplo, os gerentes. As características como motivação para realização, estilo de liderança, capacidade para identificar e avaliar oportunidades, iniciativa, propensão para assumir riscos moderados e lidar num ambiente de incertezas e capacidade de inovação tem sido apontados como determinantes no comportamento empreendedor.

As pesquisas de McClelland levaram-no a afirmar categoricamente que, entre os motivos para empreender, a alta necessidade de realização é o mais forte deles. Para esse autor pessoas com alto desejo de realização tendem a dedicar mais tempo a tarefas desafiadoras e que envolvem riscos moderados. Na sua visão as pessoas com alta necessidade de realização preferem depender da própria habilidade para a obtenção de resultados.

Nas palavras do autor (1971), a necessidade de realização pode ser assim definida:

Esse alto desejo de realização que explica o comportamento dos empreendedores pode ser resumido em desejo das pessoas pela responsabilidade das tomadas de decisões pessoais, a preferência para as decisões que envolvam um grau de risco moderado e o interesse dessas pessoas em conhecimento concreto dos resultados das decisões tomadas.

Embora as pesquisas de natureza comportamental que por meio das interpretações das características de personalidade e baseadas no comportamento dos empreendedores não tivessem resultado no estabelecimento de um padrão homogêneo de comportamentos para explicar o processo de empreender, os estudos de McClelland realizados em 1971 ainda são referência de análise para a compreensão do processo de empreendedorismo.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define o empreendedorismo como “uma maneira de ver as coisas e um processo para criar e desenvolver atividades econômicas com base em risco, criatividade e inovação de gestão, no interior de uma organização nova ou já existente”.

Portanto, podemos identificar o empreendedor como um indivíduo dotado de imaginação e criatividade, que se destaca pela sua capacidade de estabelecer objetivos e sua determinação para atingí-los. É uma pessoa consciente do ambiente em que vive, com grande capacidade para detectar oportunidades, assume riscos moderados, procura minimizar as incertezas relacionadas aos seus negócios e busca, continuamente, informações sobre o seu empreendimento. Através de um estudo contínuo sobre seu contexto empresarial, vislumbrando oportunidades de negócios, e ações capazes de explorar tais alternativas, esses indivíduos conseguirão manter seu papel de empreendedor.

3.1.3 A importância do ambiente para o empreendedorismo

O empreendedorismo é um fenômeno que ganhou dimensão global decorrente de profundas mudanças nas relações internacionais entre nações e empresas, entre o modo de produção, os mercados de trabalho e a formação profissional.

O foco da análise do empreendedorismo dentro do processo de desenvolvimento econômico surge pela necessidade de identificar a busca de novas direções, do diferencial competitivo e de novas conquistas, associadas à inovação, na medida em que sua essência está na percepção e aproveitamento de oportunidades de negócios, no desejo de fundar empreendimentos, de utilizar recursos de uma nova forma, na alegria de criar, de fazer as coisas e de exercitar a energia e a engenhosidade. (SCHUMPETER, 1997, apud SOUZA, 2006).

A pesquisa GEM (2010) realizada em 54 países no ano de 2009 reforça a ideia de Schumpeter sobre o empreendedorismo, destacando:

Existe um amplo consenso sobre a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico. As características da atividade empreendedora e o perfil de inovação na estrutura produtiva determinam a velocidade das mudanças estruturais na economia, introduzindo nova concorrência e contribuindo para a produtividade. (Pesquisa GEM, 2010)

Considerando a abordagem feita na seção anterior quando foram feitas análises sobre empreendedorismo, prevalecendo a *perspectiva atomística e comportamental*, não são todas as pessoas que tornam-se empreendedora, pois para tal fato é necessário que estes tenham os denominados comportamentos empreendedores e que suas decisões sejam tomadas única e exclusivamente a partir da racionalidade econômica do momento. Sendo assim as ações visando o incremento do empreendedorismo era focada no nível individual, ou seja, na pessoa.

Fazendo uma referência a teoria econômica poderia dizer que esta é uma “explicação pelo lado da oferta”, contudo esta análise não considera o ambiente ao qual este empreendedor está inserido, isso é, o empreendedor seria imune as motivações e influências que o entorno e a estrutura social exercem. Outro ponto de interesse é que ao analisarmos por este prisma não é possível identificar uma explicação plausível do porquê a inovação e a geração de negócios ocorrem diferentemente no tempo e no espaço.

Segundo (Filion, 1999), quanto mais empreendedores uma sociedade tiver e quanto maior for o valor dado, nessa sociedade, aos modelos empresariais existentes, maior será o número de jovens que optarão por imitar esses modelos, escolhendo o empreendedorismo como uma opção de carreira. É preciso estimular os

espíritos empreendedores e acalentar todos aqueles que manifestem interesse em criar seu próprio negócio. É preciso ser receptivo à energia e ao talento em ascensão (Leite, 2002).

As últimas três décadas o assunto empreendedorismo ganhou relevância e também grande dinamismo, pois passou a ter maior evidência e investir de novos significados. Neste ambiente outras condicionantes que ocorrem reforçam e canalizam que esta discussão seja reforçada. Seja pelo fortalecimento do auto-emprego em contrapartida a queda dos níveis de emprego com redução da participação do Estado. Também aconteceu o aprofundamento do processo de globalização e o acirramento da competição, motivando a busca por inovações contínuas e por novas oportunidades, como elementos de diferenciação competitiva dos agentes econômicos.

E por fim destaca-se o avanço na organização da sociedade civil e a maior pressão pelo 'empoderamento' de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas, projetando o empreendedorismo social e institucional, como expressão da capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas organizarem e implementarem iniciativas pertinentes à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos.

No relatório da pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* apresentado no ano de 2009 são identificados algumas condições socioeconômicas que afetam o empreendedorismo e resultam em elevação ou não do surgimento de empreendimentos. Estas condições são denominadas de Entrepreneurship Framework Conditions (EFC), sendo que:

O modelo GEM sustenta que, em âmbito nacional, as condições para o desenvolvimento de atividades empresariais estabelecidas são diferentes das que se aplicam para o desenvolvimento da dinâmica de criação de novos negócios.

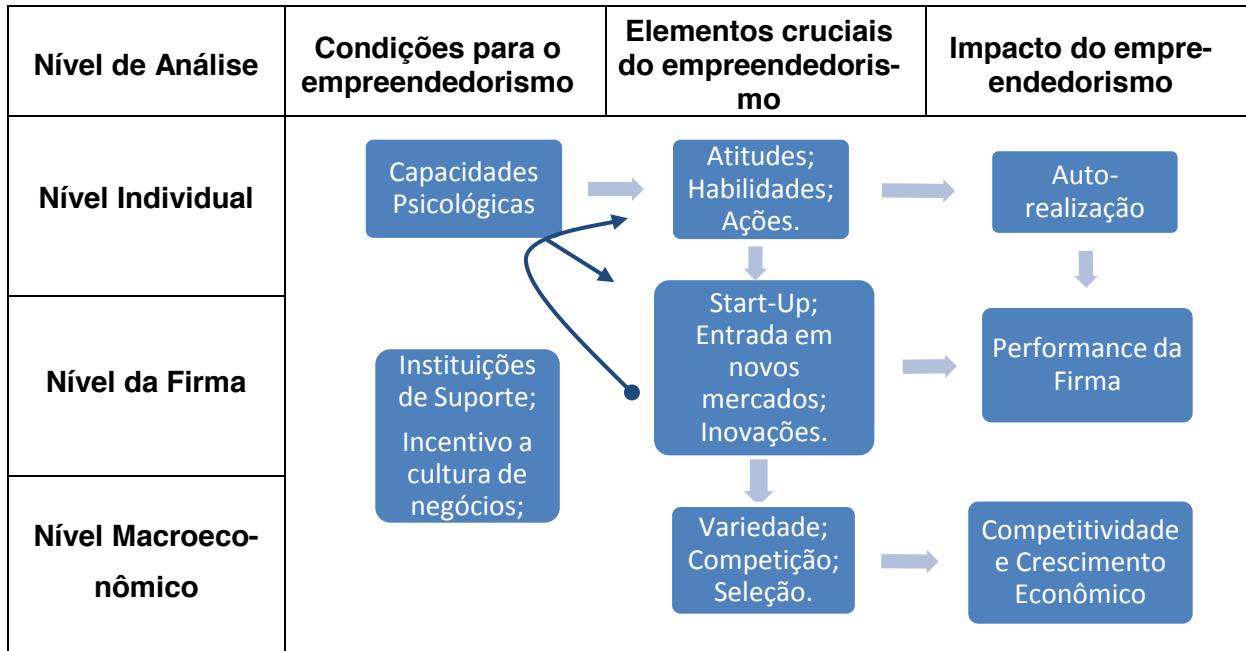
A seguir destacaremos quais são estes elementos e iremos utilizá-los também como base para nosso trabalho (BOSMA, 2010):

- a) Apoio financeiro – análise dos recursos que são disponibilizados para a implantação e/ou fortalecimento das empresas;

- b) Políticas governamentais – análise de como os governos (em todas as esferas) atuam para fortalecer as empresas, desde a desburocratização até os incentivos;
- c) Programas governamentais – verifica e avalia como os programas governamentais estão focados no atendimento nos mais diversos níveis e necessidades dos empreendedores;
- d) Educação e capacitação – busca analisar como está sendo promovida a educação empreendedora, sendo no ensino formal ou através de programas independentes de capacitação que orientam e ferramentalizam o empreendedor;
- e) Pesquisa e desenvolvimento (transferência de tecnologia) – análise do quanto está sendo trabalhado o desenvolvimento de tecnologia para os negócios e se estas estão conseguindo chegar aos empresários;
- f) Infraestrutura comercial e profissional – como o empreendedor que já tem ou quer montar seu próprio negócio consegue obter apoio de profissionais e instituições;
- g) Acesso ao mercado e barreiras a entrada – identifica como está estruturado o mercado e que medidas estão sendo tomadas para que se permita a entrada de novas empresas nestes;
- h) Acesso a infra-estrutura física – para o escoamento do produto as empresas necessitam ter canais eficientes, e para que estes canais possam ser eficientes há necessidade de uma base consolidada e eficiente;
- i) Normas culturais e sociais – avalia o quanto a própria estrutura social induz ao desenvolvimento de novos empreendimentos.

Os estudiosos Wennekers e Thurik (1999) buscando identificar qual a influência atual e histórica do empreendedorismo chegam à conclusão que as nações que promoveram em nível individual assim como os macros ambientes, propícios ao empreendedorismo, se destacaram no cenário econômico mundial. Eles propuseram uma ligação entre o empreendedorismo e o crescimento econômico, representada na Figura 01.

Figura 01 – Empreendedorismo e crescimento econômico



Fonte: WENNEKERS e THURIK, (1999)

Conforme a proposição dos autores estariam garantidas as principais condições para a promoção de um ambiente empreendedor nos níveis individual, da firma e o nível macroeconômico, estimulando os elementos cruciais para a formação do empreendedorismo. Isso resultaria em impactos pessoais e nos negócios e conseqüentemente o empreendedorismo, estimulando o crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

Neste prisma recente, argumenta-se que a ação econômica está incrustada na estrutura social e na cultura. As pessoas inseridas no contexto, entre estes os empreendedores, não são movidas apenas pela racionalidade econômica, mas também pela “sociabilidade, a aprovação, o *status* e o poder”. E que, no sentido inverso, as relações sociais e a estrutura social desempenham um papel central no comportamento econômico. Portanto, considera-se crucial o ambiente ao qual a pessoa está inserida para o desenvolvimento do empreendedorismo deste lugar.

3.2 O fortalecimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios

Como já destacado, desde as últimas décadas do século XX o tema do empreendedorismo vem sendo objeto de maior atenção por parte de governos, empresários, trabalhadores e sociedade de modo geral. Uma das questões centrais sobre este tema é a ampliação da capacidade empreendedora, a qual, até recentemente, foi associada estritamente à qualificação formal de indivíduos (capital humano). Evidencia-se, entretanto, cada vez mais, que tal capacidade não se resume ao aprimoramento de pessoas e empresas isoladamente, por meio do incremento da dotação de trabalhadores qualificados e treinados. Reconhece-se, com maior intensidade, que ambientes mais propícios ao empreendedorismo são aqueles em que ocorrem processos interativos e cooperativos de aprendizado e de inovação; daí a importância de se promover a capacitação local em inovação e aprendizado de forma coletiva e sistêmica. Nesse contexto assumem novo papel os sistemas de relações entre os diferentes atores, cuja densidade e caráter inovador podem favorecer processos de crescimento e mudança, em que se desenvolve a atividade empreendedora, produtiva e inovadora.

No foco de fortalecimento dos pequenos negócios no Brasil, a partir de 1988 foram instaladas entidades representativas. Entre as principais estão a Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas da Indústria (ASSIMPI) e a Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas do Comércio (ASSIMPEC), com sindicatos estabelecidos em várias Unidades da Federação.

Estas entidades representativas criadas passaram por um processo de estruturação, onde atualmente participam do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo como principal objetivo o fortalecimento das micro e pequenas empresas e a integração destas nas políticas de promoção dos governos. Nesta discussão utilizamos as ideias defendidas por Richard Cantillon (1680-1734) define o empreendedorismo como uma combinação dos fatores produtivos no interior de um organismo. Sendo determinante que este elemento não tem apenas o envolvimento através do risco, mas, sobretudo, conduz a um processo de descoberta das condições produtivas e das oportunidades de mercado por parte dos próprios atores sociais.

3.2.1 As políticas públicas e institucionais como chaves para ampliação da força empreendedora

Existe um importante e urgente papel a desempenhar pelas políticas públicas de caráter estrutural, pois as variáveis que têm registrado uma evolução mais desfavorável nesta área têm, em geral, uma elevada sensibilidade a estas políticas. Todavia, impõe-se uma maior seletividade na articulação e coerência com a política de empresa, na regulação do enquadramento da inovação, na promoção da criação e crescimento de empresas inovadoras, nos *interfaces* chave do sistema de inovação e na cultura de inovação.

No que se refere à forma de atuação das políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo, Bridge, O'Neill e Cromie (2003) sugerem conceitos distintos para três áreas relacionadas:

a) Políticas públicas para pequenos negócios: são focadas no estímulo ao crescimento de pequenos negócios já estabelecidos, são ligadas a políticas de crescimento ou crescimento de negócios, é uma política de “apoio a vencedores”.

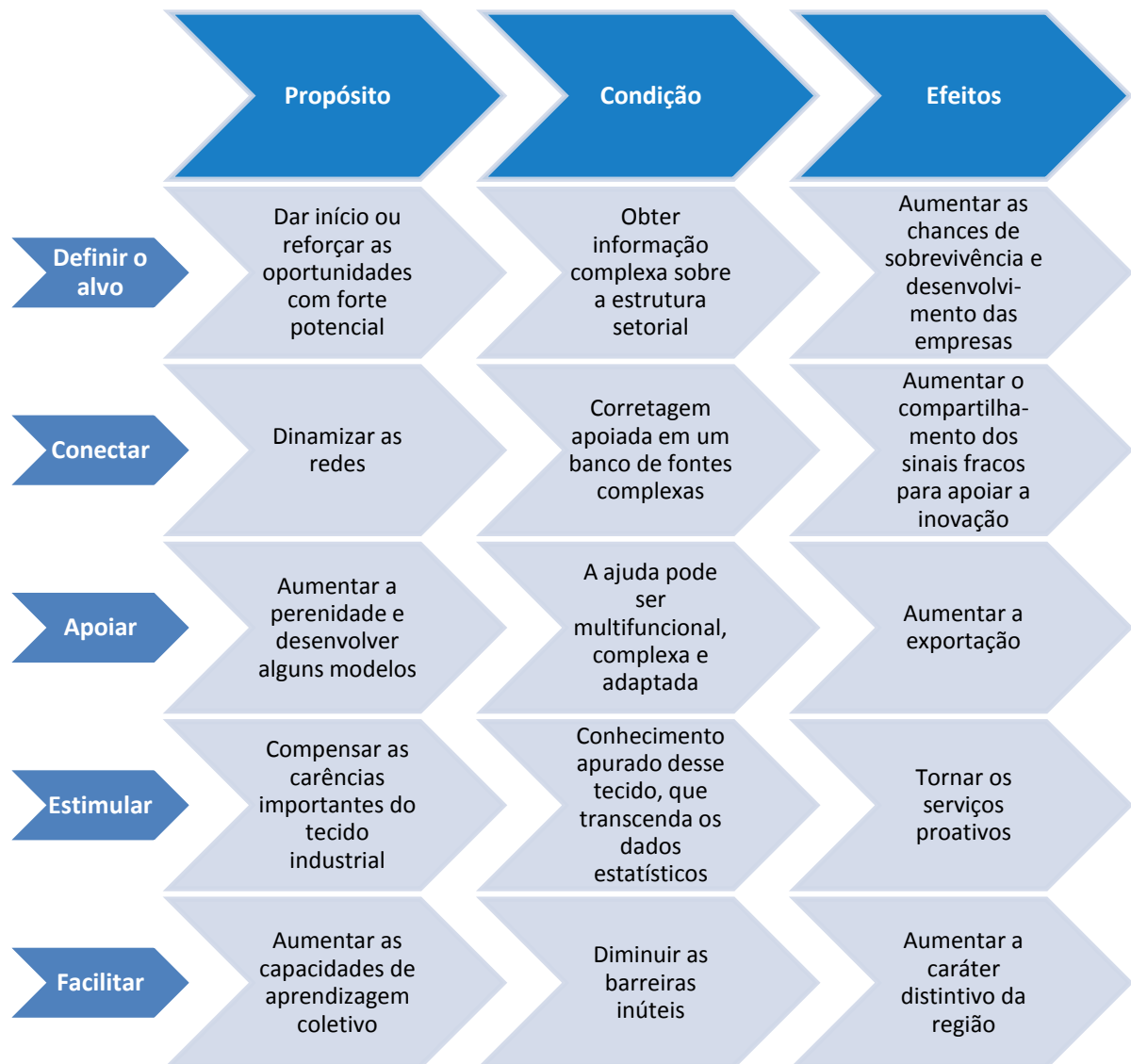
b) Políticas públicas voltadas ao empreendedorismo: voltadas para encorajar e facilitar mais pessoas a mudarem sua realidade, como por exemplo, a geração do auto-emprego. Essas políticas são centradas nas pessoas e no que persuadirá ou permitirá elas a iniciarem um novo negócio, elas podem ser referidas a incentivos de novos negócios ou políticas relacionadas à taxa de natalidade de negócios.

c) Políticas públicas para empresas: são claramente focadas em pessoas, tal como indivíduos e em grupos, e procuram desenvolver habilidades e atitudes, estimulando estas a terem mais sucessos na escolha de carreiras ou em seu empenho profissional. Todavia, a descrição “empresa” pode também ser aplicada em políticas na qual tente incorporar a promoção de cada empreendedor e o crescimento de pequenos negócios, ou o termo políticas públicas para empresas pode ser usado para descrever uma combinação de cada política pública voltada ao empreendedorismo ou pequenos negócios.

De acordo com Julien (2010) “O Estado tem papel importante no contágio empreendedor [...]. Esse papel pode ser resumido em cinco tópicos: definir o alvo, conectar, apoiar, estimular e facilitar”.

Com base nesta argumentação o quadro seguinte visa contextualizar o papel do Estado na definição das políticas que podem estimular o empreendedorismo, tendo como atuação a definição do alvo, a conexão entre os diversos elementos, o apoio e estímulo e, por fim, facilitar o processo.

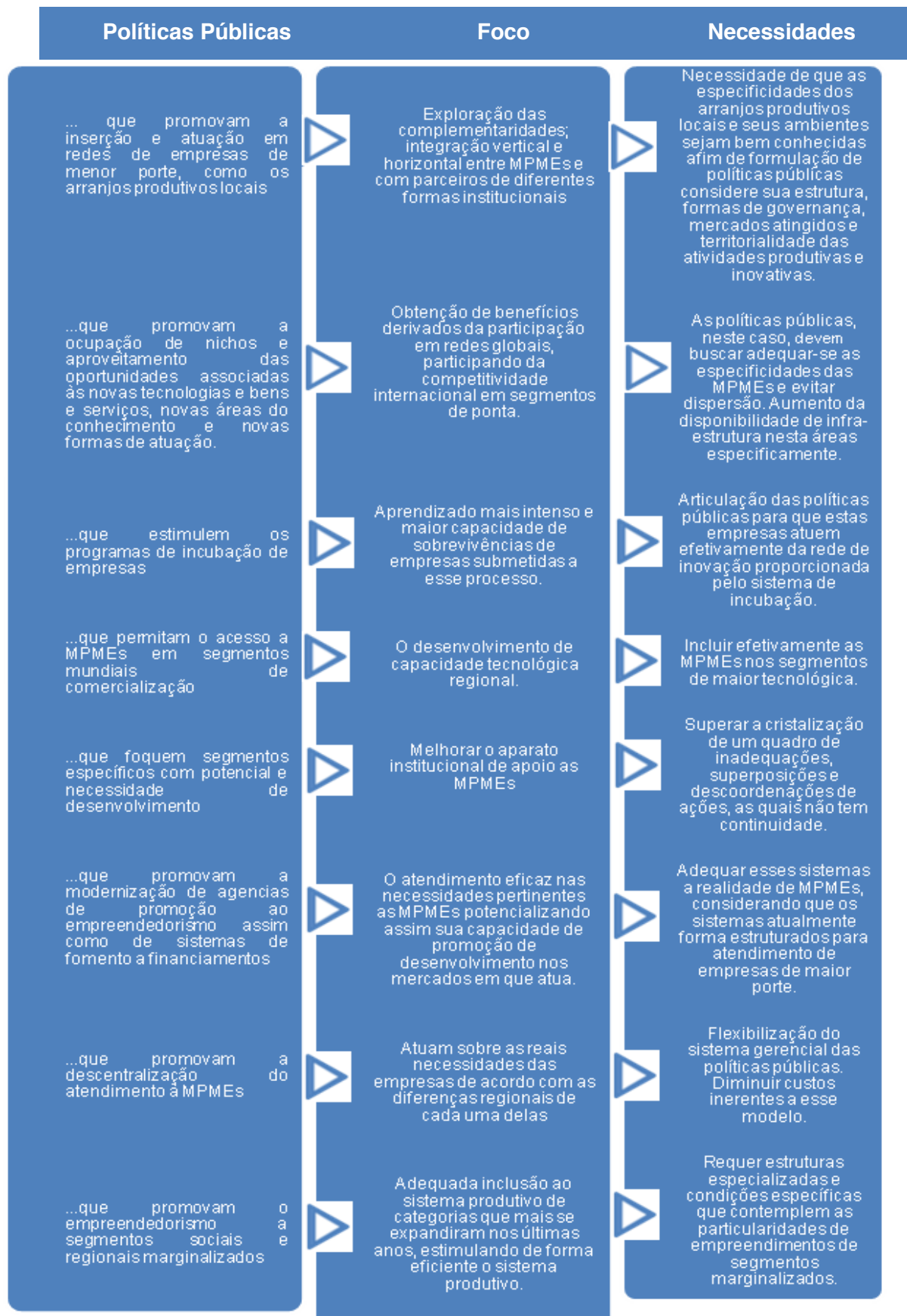
Figura 02 – O papel do Estado no estímulo ao empreendedorismo



Fonte: JULIEN, 2010
adaptado pelo autor.

Lastres e Lemos (2003), são outros autores que buscam identificar os desafios e vantagens para políticas públicas da promoção aos pequenos negócios, construíram um cenário, identificando os focos das políticas públicas e as necessidades a serem superadas. Sendo visualizado na Figura 03.

Figura 03 – Desafios e vantagens de políticas públicas



Fonte: LASTRES, H. M.; ARROIO, A.; LEMOS, C. 2003
Adaptado pelo autor

Pode-se destacar também como exemplo de políticas voltadas ao empreendedorismo os programas de acesso ao micro-crédito, como forma de fomento voltado ao pequeno empreendedor que tem grande importância na expansão de vendas por meio da disponibilidade de recursos financeiros e, conseqüentemente, expansão no processo produtivo desse segmento. Porém, para Oliveira e Guimarães (2003) as políticas de micro crédito são ainda escassas resultando em dificuldades iniciais para implementação e consolidação dos novos negócios.

A partir destas linhas é possível estabelecer uma relação entre o desenvolvimento econômico social e a implementação do empreendedorismo e que a ação do poder público e dos organismos locais para promover essa associação. É possível observar, portanto, que tendo o fortalecimento do empreendedorismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável para uma sociedade, há necessidade de maneira recíproca desta, por meio da criação de um ambiente favorável para atuação do empreendedor.

Importante observar que estas políticas podem decidir mudanças em como a sociedade é organizada ao introduzir regulamentações e outras mudanças institucionais na qual criam oportunidades no mercado e conseqüentemente no incremento do comportamento competitivo que direciona o processo de mercado.

A competitividade de uma região depende em grande medida dos empreendedores que constituem uma fonte significativa de emprego, um terreno propício para o desenvolvimento de novas ideias e um elemento essencial do espírito empresarial. Pois o ambiente para o empreendedorismo não surge apenas com a criação de uma ou várias empresas, mas com sua multiplicação pelos empreendedores e a transformação das empresas existentes em empresas de forte crescimento e proativa, além da chegada de outros empreendedores externos atraídos pelo dinamismo territorial.

Julien (2010) tratando dos mecanismos do desenvolvimento endógeno, define que:

Para compreender o empreendedorismo não podemos nos contentar com o simples estudo do empreendedor e das empresas [...] devendo considerar também as interdependências entre as empresas [...]. Contudo é importante ir ainda mais longe, levando-se em conta a cultura empreendedora e as múltiplas formas de apoio ao empreendedorismo e, portanto, aos comportamentos coletivos.

Esta abordagem foi destacada pelo IBGE em 2005 na pesquisa “*As Micro e Pequenas Empresas Comerciais no Brasil*”, onde na última década foram identificados que do ponto de vista institucional, houve registros dos avanços no segmento das micro e pequenas empresas (MPE's), que passou a ver o “associativismo como um elemento de fortalecimento e um eficiente canal de interlocução junto aos governos e instituições, formando um alicerce para o seu crescimento”.

3.2.2 O empreendedorismo e os pequenos negócios no novo contexto sócio-econômico

Nas pesquisas McClelland (1987) percebeu os empreendedores como indivíduos diferenciados e passou a estudar suas principais características exteriorizadas, a fim de que fosse possível desenvolver programas que pudessem estimular o desenvolvimento destas características. Partindo da premissa de que o sucesso destes indivíduos empreendedores está diretamente ligado ao desenvolvimento da nação e a eles todo o apoio deve ser dado. Neste sentido, McClelland (1987) assevera:

Não tem uma forma melhor de prover a base para o rápido crescimento econômico do que incrementar dramaticamente o número de empreendedores ativos na sociedade. Eles representam um segmento pequeno da população, mas seu impacto é crucial, pois obtém recursos para produzir bens e serviços, criar empregos e diminuir a dependência do governo.

Devido a isso, o modelo GEM (2010) aceita a natureza multifacetada do empreendedorismo. Ele reconhece que uma série de condições ambientais afeta três componentes principais do empreendedorismo: *atitudes*, *atividades* e *aspirações*, e que essa combinação dinâmica produz uma nova atividade, econômica e socialmente importante, gerando empregos e riqueza.

Ao considerarmos que o empreendedorismo influencia e altera a realidade social, tendo que o desenvolvimento e renovação de toda a sociedade, economia ou organizações requerem atores no micro nível, que têm a iniciativa e a persistência de fazer com que as mudanças aconteçam. Neste caso, instituições bem como o

mercado e estruturas organizacionais podem facilitar ou dificultar mudanças e o desenvolvimento.

É importante salientar que o empreendedorismo tem perspectivas futuras, pois pode colaborar para uma economia baseada no conhecimento e na tecnologia, assim como adaptar-se ao aumento no setor de serviços e às novas formas organizacionais e alianças.

Nota-se, assim, que há uma relação entre o desenvolvimento econômico social e a implementação do empreendedorismo e que a ação do poder público e dos organismos locais é importante para promover essa associação. Segundo Julien (2010) a cidade oferece quatro recursos importantes necessários ao desenvolvimento territorial. Dispondo aos atores econômicos: os sistemas de organizações públicas, o conjunto de instalações de todo tipo, a boa reputação por parte desse conjunto e por fim a variedade de organizações tipicamente urbana. A figura seguinte consiste na descrição de cada um destes recursos.

Figura 04 – Recursos oferecidos pela cidade para o desenvolvimento territorial

Recursos	Consideração
Sistema de organizações públicas	Escolas e faculdades, associações profissionais e instalações da administração pública, com regras e códigos de funcionamento
Conjunto de instalações de todo tipo	Permitindo o descanso, o sustento, mas também encontros e produções variadas e complementares, incluindo-se as sócio culturais, favorecendo a descontração e finalmente a criatividade
Boa reputação por parte desse conjunto	Que pode cumprir a função de simbolização necessária ao desenvolvimento da cultura empreendedora e ao compartilhamento da informação.
Variedade de organizações tipicamente urbana	Oferta de serviços variados às empresas, como câmaras de comércio, agências de design e publicidade, laboratórios de pesquisa, financeiras, dentre outras.

Fonte: (JULIEN, 2010) adaptado pelo autor.

Como já vimos anteriormente vários autores apontam o empreendedorismo como um importante vetor de sustentabilidade socioeconômica nos países do mundo inteiro, dos mais aos menos desenvolvidos. O seu desenvolvimento permite a geração de riqueza e o crescimento econômico de forma sustentável para as regi-

ões, através de novos projetos empresariais e a criação de postos de trabalho. Por isso, é unânime considerá-lo como uma das alavancas para assegurar o desenvolvimento econômico de qualquer região, em especial, daquelas menos desenvolvidas

Segundo Machado (2001) *apud* Verstraete (2000), dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) Comparativamente ao analisarmos dados internacionais temos que na União Européia, nos últimos 10 anos, a criação de empregos foi mais forte nas empresas com menos de 20 empregados e a maioria das empresas com 500 empregados reduziu o seu quadro efetivo de pessoal. A autora ainda cita que outro exemplo significativo são:

os países escandinavos, estes consideram que o empreendedorismo embute em si benefícios inerentes para a sociedade, como: flexibilidade e inovação, atuar como fonte de criação de empregos, contribuir para o desenvolvimento pessoal [...] promover o bem estar e a responsabilidade social (Ministry of Economic Affairs, 2001).

Neste foco do desenvolvimento a Europa considera essencial que as políticas voltadas para os pequenos negócios são importantes para criar empregos, favorecer o crescimento econômico, melhorar a competitividade e contribuir para o desenvolvimento regional e estrutural.

Dado que os pequenos negócios constituem o motor da economia brasileira, praticamente todas as políticas têm ou necessitam ter uma dimensão relacionada com este porte de empresa.

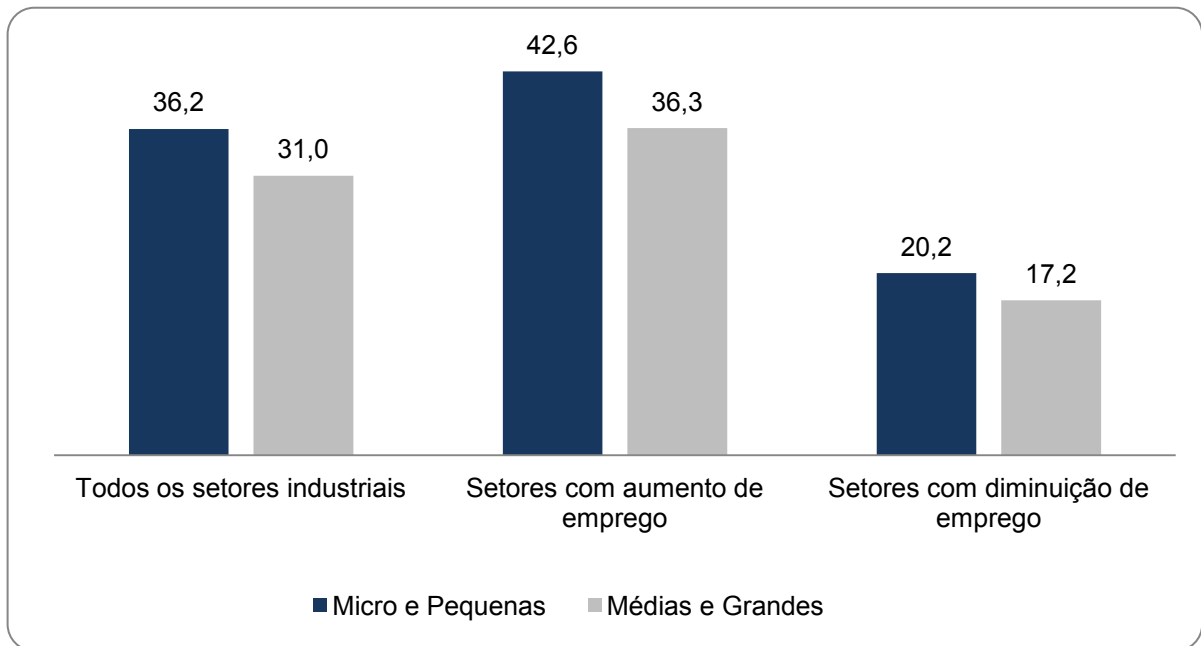
Ao analisar desenvolvimento sustentável é possível observar nas múltiplas facetas do empreendedorismo, como este contribui de maneira decisiva no contexto sócio-econômico e políticos. Tendo como aspecto essencial, no caso brasileiro, a importância das pequenas empresas, pois estas unidades produtivas representam 98% das 5.1 milhões de empresas brasileiras (SEBRAE/SP, 2008) e empregam cerca de 60% dos empregados de carteira assinada no nosso país.

Como parte do ambiente econômico as pequenas empresas contribuem inquestionavelmente para o bem-estar econômico de uma região e conseqüentemente da nação. Elas produzem uma parte substancial do total de bens e serviços, assim sua contribuição econômica geral é similar àquela das grandes empresas.

Muitos economistas, a começar por Adam Smith, expuseram os valores inerentes à competição econômica. Em uma situação competitiva de negócios os indivíduos são conduzidos pelo interesse próprio a agir de uma maneira socialmente desejável. A competição atua como o regulador que transforma o egoísmo em atendimento.

Outro aspecto de suma importância para a economia de uma região gerada pelo empreendedorismo através dos pequenos negócios é que estes são reconhecidos como elementos cruciais no ambiente de inovação, pois estudos mostram que estas possuem maior eficácia em pesquisa e desenvolvimento. Principalmente porque pesquisas mais recentes sugerem que a atividade inovadora tende a diminuir à medida que o nível de concentração em um setor se eleva, confirmando assim a importância da inovação das pequenas empresas.

Figura 05 – Características da introdução a inovação no mercado americano



Fonte: Keith L. Edwards e Theodore J. Gordon

Portanto, neste novo contexto sócio-econômico o ambiente inovador é o lugar e ao mesmo tempo o mecanismo coletivo que pode explicar e facilitar os diferentes laços sociais, permitindo assim o desabrochar de um espírito empreendedor coletivo, fornecendo os recursos de base, tais como a informação e os meios de transformá-las em conhecimento a fim de enfrentar os desafios da nova economia.

Para Schumpeter (1998), inovar produz tanto desequilíbrio quanto desenvolvimento (diferente de crescimento econômico enquanto mero aumento do capital),

numa situação específica em que a competição moderna entre os capitalistas não se dá por meio do preço, mas sim da tecnologia.

Sendo assim, a competitividade de uma região depende em grande medida dos empreendedores e seus pequenos negócios, que constituem uma fonte significativa de inovação, podendo ser considerado como um terreno propício para o desenvolvimento de novas ideias e um elemento essencial do espírito empresarial.

Contudo, o atual contexto socioeconômico não se traduz apenas em benesses aos pequenos negócios, mas, também, requer que consideremos seu lado mais obscuro – ou seja, o registro de fracasso nos negócios. Estes fracassos envolvem não apenas os custos financeiros, mas também uma série de outros aspectos:

- a) Perda do capital do empreendedor e do credor;
- b) Efeitos psicológicos danosos;
- c) Perdas econômicas e sociais

Nestes aspectos temos que os proprietários de um negócio que fracassa sofrem a perda integral ou parcial do capital investido. Isso é sempre um prejuízo financeiro para o indivíduo em questão. Assim como os indivíduos que fracassaram nos negócios sofrem um golpe real na autoestima. Os negócios que eles iniciaram com entusiasmo e altas expectativas de sucesso fracassaram. E supondo que exista uma oportunidade de negócio, o fracasso de uma empresa significa a eliminação de seus bens, e serviços de que o público precisa e deseja. Além disso, o número de empregos disponíveis na comunidade é reduzido. Finalmente, o negócio que fracassou era contribuinte, pagava impostos quem mantêm escolas, hospitais, polícia e outros serviços de utilidade pública.

Os pequenos negócios começaram a ganhar notoriedade no Brasil somente a partir da década de 80, com a redução do ritmo de crescimento da economia, resultando em maior nível de desemprego. Neste período foram consolidadas as bases de uma política de incremento aos pequenos negócios, através de iniciativas mais concretas para incentivar a abertura de micro e pequenas empresas na economia, dentre as quais cabe mencionar:

- a) Implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984);

- b) Inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988 que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);
- c) Transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com funções mais amplas;
- d) Criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- e) Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES);
- f) Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e
- g) Estabelecimento de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é um exemplo disso, ao possibilitar que trabalhadores autônomos e pessoas que atuavam informalmente em uma atividade empresarial passassem a ter direito a formalização desta, denominando-o de Empreendedor Individual (EI), sendo que, o processo de formalização e execução, tem uma sistemática simplificada e de fácil entendimento. Outro avanço importante da Lei Geral foi à abertura de mercado, onde antes as micro e pequenas empresa não conseguiam ou dificilmente tinham acesso a vendas ao setor público, ou seja, a participação nas compras governamentais a partir de tratamento diferenciado e favorecido a empresas de pequeno porte.

Ao adotar tais procedimentos o Governo Federal estrategicamente possibilitou o acesso a uma ampla gama de direitos a pessoas que antes atuavam às margens do mercado. Na sanção da referida Lei, foi estabelecido a meta nacional de 1 milhão de pessoas que deixariam de ser informais em 2010, ao final deste ano o resultado superou 2,4 milhões de formalizações (SEBRAE/NA, 2011). Assim como as compras governamentais fazem a abertura de um novo mercado para os pequenos negócios e fortalecem o crescimento da economia local.

3.3 Modelos de desenvolvimento focados no empreendedorismo e nos pequenos negócios

A Comunidade Européia vem intensificando nos últimos anos sua política de fortalecimento ao empreendedorismo e pequenos negócios. Tanto que fez em diversos países um *benchmarking* visando identificar as melhores práticas de fortalecimento destes e que podem ser implementadas em sua área de atuação

O estudo foi realizado pela Leadership Business Consulting no âmbito da estratégia da Comunidade Européia para o fomento do empreendedorismo europeu e identificou que as melhores práticas internacionais incidem nos fatores mais importantes para a promoção e desenvolvimento do empreendedorismo: o fomento de uma cultura empreendedora nas pessoas, tanto no momento escolar como universitário, e a capacidade de apoiar e acompanhar projetos, especificamente em nível de suporte financeiro.

De acordo com Lethbridge (1997), uma das formas de compreender o porquê de algumas nações hoje serem desenvolvidas, com economia sólida e distribuição de renda mais equilibrada, está, essencialmente, nas políticas de apoio às micro e pequenas empresas adotadas há mais de trinta anos.

Um exemplo clássico é o Japão, segunda potência econômica mundial, que hoje compartilha a liderança da corrida tecnológica industrial. Nesse país, já em 1947, cria-se uma série de medidas de apoio, entre as quais se destacam as financeiras e de crédito para financiamento de projetos de longo prazo.

A Itália iniciou sua política de apoio às micro e pequenas empresas já na década de 50 e, hoje se verifica que cerca de 70% do Produto Interno Bruto – PIB⁴

⁴ Produto Interno Bruto - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da demanda – o produto interno bruto é igual a despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

vêm das pequenas empresas que realizam ainda em torno de 18% das exportações e, representam cerca de 25% do total de empresas na Europa (Letbridge,1997). Foi também na Itália que estabeleceu-se definição ampla de aglomerações produtivas, desenvolveu o conceito de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs). LAS-TRES e CASSIOLATO (2005) definem tais sistemas como:

Conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, que desenvolvem atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Geralmente incluem empresas – produtoras de serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, cooperativas, associações e representações etc – e demais organizações voltadas á formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento.

A Alemanha, uma das maiores forças econômicas do planeta, tem nos empreendimentos de pequeno porte parte de seu sucesso. Letbridge (1997) indica que atualmente este país possui um elevado número de programas disponíveis para os pequenos empresários, mas diferencia-se dos demais por ter um plano de pesquisa e tecnologia específico para esse segmento, destinando 25% a 30% dos gastos federais à pequena e média empresas.

O que deve ser destacado é que os governos desses países consideram o segmento como elemento vital para a expansão econômica do país. E, ainda, que uma das características dessas empresas é a administração familiar, mas com gerenciamento profissional, exercido por pessoas com elevado nível cultural e com treinamento em técnicas modernas de gestão.

Este contexto ganha relevância quando o SEBRAE (2010) apresenta que “o sucesso da pequena e da micro-empresa depende da existência de um macro-ambiente econômico e social favorável para o desenvolvimento local”.

Portanto, neste contexto a promoção do desenvolvimento significa articular:

- a) A dinamização do crescimento econômico;
- b) O crescimento do capital humano;
- c) O crescimento do capital social;
- d) O uso sustentável do capital natural.

Evidencia-se assim que não apenas a estrutura produtiva, mas também a componente sociocultural vinculada ao território, determinam as condições para o empreendedorismo, o desenvolvimento local e, particularmente, a capacidade de inovação e aprendizado. O empreendedorismo é, dessa forma, cada vez mais associado à problemática do desenvolvimento local. Até porque “as empresas não competem isoladamente, mas o fazem juntamente com o entorno produtivo e institucional de que formam parte” (BARQUERO, 1999).

No Brasil, uma das unidades da Federação que ganhou notoriedade pelo desenvolvimento sustentável e sustentado nas últimas décadas foi o estado do Espírito Santo, aonde foi estabelecido como estratégia de governo a promoção ao empreendedorismo, visando reduzir as diferenças sociais existentes dentro do Estado.

No início da década de 90 foi elaborado um programa que teve por objetivo mobilizar o Estado para alcançar o desenvolvimento sustentável. Este processo envolveu Governo Estadual e instituições representativas empresariais e funcionais, de forma conjunta estabeleceram uma série de objetivos a serem alcançados, pretendente um resultado em 2025 que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se equipare ao de países desenvolvidos, projetando para isso uma qualidade de vida semelhante a essas nações, e também que o Estado se consiga a melhor distribuição de renda do país.

Tendo como principal base do programa - que busca melhorar a qualidade de vida da população do Estado do Espírito Santo, ações integradas de estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo e os negócios.

4 EMPREENDEDORISMO E PEQUENOS NEGÓCIOS: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RORAIMA

A sofisticação dos mercados e a redução das ofertas abundantes de recursos naturais obrigaram o mundo a reformular o seu processo e também sua lógica de investimentos. Os consumidores se encontram mais expostos às mudanças tecnológicas que tornam a comunicação mais ágil e efetiva. Isso traz como consequência uma tendência mais homogênea à forma de tomar as decisões de compra. Por outro lado, os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos e os diferentes atores da cadeia de valores devem estar conscientes de que, para competir, devem não só inovar produto ou serviços, mas também introduzir uma visão mais sustentável na gestão dos negócios. A introdução do conceito de sustentabilidade do empreendimento deve ser um elemento que não só agregue valor, mas também contribua para o desenvolvimento dos membros envolvidos em todo o processo.

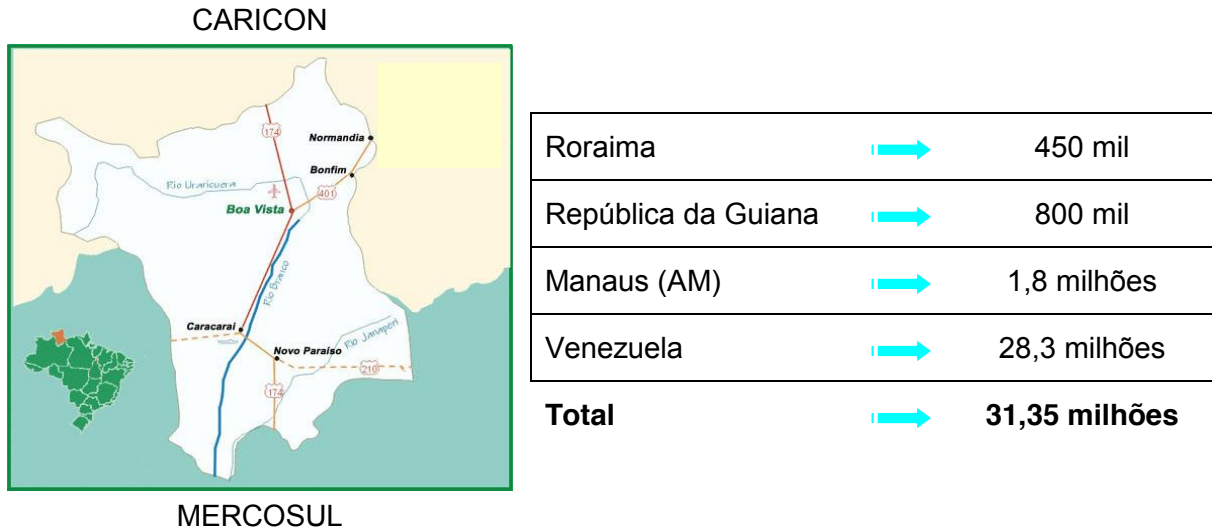
A proposição de que os pequenos negócios e o fortalecimento da cultura empreendedora possa ser a base de desenvolvimento sustentável para Roraima foi feita a partir das análises de uma série de fatores e abordagens sobre o desenvolvimento, não ignorando as particularidades no contexto da estrutura sócio-econômica e localização do mesmo.

Os Estados de Roraima e Tocantins são as unidades federativas mais novas do Brasil, foram constituídas a partir de 1998 e neste período inicial de estruturação do estado, receberam aportes e sustentação financeira garantida pelo Governo Federal até alguns anos atrás. Em especial para Roraima, esta conjuntura levou o Estado a uma dependência dos recursos público, mesmo estando próximo a um mercado de aproximadamente 31,35 milhões de consumidores. Abrangendo no mercado brasileiro a Região Norte e no exterior principalmente a Venezuela e a República da Guiana, assim como os países outros países do Caribe. Sendo que estes mercados podem ser alcançados por via terrestre, fluvial e marítima ou por combinações dessas modalidades.

A figura seguinte elaborada pela Embrapa Roraima, demonstra as vias que podem ser utilizadas para escoamento, sendo a BR-174 que liga Manaus (AM) a Venezuela e a BR-410 em direção e República da Guiana. Estas rodovias possibili-

tam o escoamento através dos portos de Manaus (Amazonas) a 780km de distância, Georgetown (Guiana) com 641km, e na Venezuela dos portos localizados em Porto Ordaz a 862km e Porto La Cruz a 1330km.

Figura 06 – Roraima em relação a mercados consumidores potenciais



Fonte: Embrapa Roraima (adaptado e atualizado pelo autor)

4.1 Contexto histórico-social do Estado

Ao analisarmos a história de ocupação de Roraima percebe-se que esta aconteceu anteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988 ao qual transformava o então Território Federal em uma unidade da federação brasileira. Antes de ser território, Roraima pertencia ao Estado do Amazonas, e era composta apenas por dois municípios: Boa Vista do Rio Branco e parte de Moura e Barcelos (Freitas, 1998). Atualmente o Estado é composto por 15 municípios tendo Boa Vista como sua capital, os demais são: Amajari, Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São Luis do Anauá, São João da Baliza, Uiramutã.

Quanto a população do Estado de Roraima, Freitas (1998), em seus levantamentos identificou que “*O crescimento populacional mostra-se tímido até a década de 70. A partir daí as taxas de crescimento registraram saltos significativos*”. Segundo o mesmo autor dois fatores podem explicar estes saltos migratórios do Estado que trouxeram uma leva migratória para Roraima (FREITAS, 1998):

a) A abertura da BR-174 no ano de 1977, interligando Manaus a Boa Vista e Pacaraima – fronteira com a Venezuela;

b) A campanha promovida pelo governo do então Território Federal e a abertura de áreas para exploração mineral, em especial o ouro.

De acordo com o IBGE a população em 2010 é de 450.479 habitantes, tendo uma densidade de habitante por quilometro quadrado de 2,01. A capital – Boa Vista, com uma população de 284.313 concentra 63,11% da população de Roraima, tendo uma relação de ocupação de sua área de 49,99 hab/km², o município de menor densidade populacional é Amajari com 0,33 hab/km². Atualmente no Estado, a população é predominantemente urbana, com 77,58%, tendo uma pequena maioria do sexo masculino no total de habitantes, mas esta inverte-se quando analisamos a população urbana onde as mulheres passam a ser em maior número.

Na caracterização atual da sociedade, um fator positivo é a educação, principalmente em dois aspectos: os investimentos diretos e a taxa de analfabetismo. Enquanto a média de investimento direto em educação básica no Brasil para pessoas na faixa etária de 4 a 17 anos é de R\$ 2.948,00 em Roraima este valor tem uma elevação significativa, sendo de R\$ 4.365,37. Como resultado deste investimento, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos é de 1,0% e de 15 anos ou mais é de 6,7% (PNAD/IBGE – 2009).

No aspecto social o Índice de Desenvolvimento Humano⁵ (IDH) um dos principais indicadores de desenvolvimento social de uma região, e de acordo com a pesquisa publicada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida sumaria do desenvolvimento humano. Mede as realizações medias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. O IDH é a media geométrica dos índices normalizados que medem as realizações em cada dimensão, tendo que a metodologia de calculo foi alterada a partir de 2010.

• **Saúde e Expectativa de Vida:** quanto maior a expectativa de vida de uma população e a forma saudável com que as pessoas de mais idade atingem esta fase da vida, maior será a qualidade de vida de uma região.

• **Acesso ao Conhecimento:** quanto maior a taxa de alfabetização da população até os 15 anos e quanto maior o percentual de matrícula nos três níveis de ensino, maior será a qualidade de vida desse local.

• **Padrão de Vida Decente:** não basta aumentar a produção de bens e serviços em um país, que medimos através do PIB. Por este critério, ao dividirmos o PIB pelo número de cidadãos de um país teremos a *renda per capita, ou PIB per capita*. A renda mensurada pelo *PIB per capita* é feita em *dólar – PPC* (paridade do poder de compra), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países. Entretanto, essa renda pode não significar a eliminação da miséria se ela estiver concentrada nas mãos de uma minoria da população. A democratização do conhecimento e o acesso de toda a comunidade a essas fontes de informação permitirão que sua população possa construir uma condição de vida melhor. Quanto melhor for a distribuição de renda, menores serão as desigualdades de uma região e melhor será a qualidade de vida local.

(PNUD) em 2010, o Brasil, com um IDH de 0,699, ocupava naquele ano o 73º lugar no mundo classificando-se como ‘desenvolvimento humano elevado’, e semelhante ao de países como Geórgia, Maurícia, Macedônia (antiga República Iugoslávia) e Irã.

No ano de 2005, o IDH de Roraima foi de 0,800 (IDH médio)⁶, utilizando o comparativo com outros países⁷ ocuparia o 58º lugar, junto de países como Trindade e Tobago, Líbia e Panamá. Ao consultar o IDH de cada município do Estado percebe-se uma desigualdade preocupante: enquanto Boa Vista tem um IDH de 0,725 (médio), semelhante ao de países como: Argélia e Territórios Ocupados da Palestina, outros municípios, por exemplo Uiramutã, possuía IDH de 0,423, similar ao de alguns países como Costa do Marfim e Tanzânia. Nas mensurações realizadas entre 1990 e 2005 o Estado apresenta uma evolução neste indicador, sendo resultado de uma melhoria nos três níveis que formam tal indicador. Estes resultados são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 04 – Evolução do IDH de Roraima (1990 à 2005)

Ano	Expectativa de Vida no nascimento (anos)	Taxa de Alfabetização dos Adultos (% com mais de 15 anos)	Taxa de Matrícula combinadas (%)	PIB per capital (2005 PPC US\$)	IDH
1990	66.1	82.0	67.3	7,219	0,723
1995	68.2	84.7	74.4	7,798	0,753
2000	70.3	86.9	90.2	8,085	0,789
2004	71.5	88.6	87.5	8,325	0,789
2005	71.7	88.6	87.5	8,402	0,800

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Como citado anteriormente a situação de dependência econômica em relação aos recursos públicos a analisando a evolução do IDH neste período é possível perceber que o governo efetivamente pode alavancar o IDH. Esta análise foi realizada por Bispo (2010) onde o autor identificou que:

⁶ O IDH varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo de um estiver este valor numa região, maior será a qualidade de vida das pessoas e quanto mais próximo de zero, maior miséria naquele local. Países com IDH de zero até 0,479 têm desenvolvimento humano considerado baixo, países com índices entre 0,480 e 0,699 são considerados de médio desenvolvimento humano, de 0,700 e 0,785 desenvolvimento humano elevado e, países com IDH superior a 0,786 têm desenvolvimento humano considerado muito elevado.

⁷ Para efeito desta comparação utilizamos o relatório desenvolvido pelo PNDU no mesmo ano (2005).

considerando a elevada participação dos gastos públicos no PIB do Estado de Roraima, nos gastos com a saúde e a educação e, além disso, considerando as externalidades positivas advindas dos gastos públicos, inferimos na ocorrência de alavancagem dos gastos públicos no IDH do estado. [...] Podemos, pois responder que o governo pode efetivamente alavancar o IDH do seu estado, sendo coerente o estabelecimento de uma meta de elevar o IDH no planejamento estadual.

Nas informações de trabalho e renda da população, houve um acréscimo considerável de 30,15% na população economicamente ativa (PEA) entre os anos de 2004 a 2006. Estes quantitativos são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 05 – Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado de Roraima (2004 a 2006)

População	2004	2005	2006
PEA	161.549	199.411	210.138
Percentual de Elevação	-	23,43%	5,38%

Fonte: IBGE - PNAD 2004, 2005, 2006

Tratando-se de qualidade de vida da população e os indicadores sociais Roraima ganha relevância no cenário nacional e destaque quando restringe-se a análise a Amazônia. Pois tais indicadores apontam uma evolução em torno destas variáveis de forma contínua, mesmo o Estado não tendo uma pujança produtiva e econômica.

4.2 Breve análise da estrutura econômica de Roraima

A pecuária foi a primeira atividade a dar sustentação econômica ao estado de Roraima, sendo na década de 70, com a comercialização de boi vivo para abate em Manaus (AM). Nos anos seguintes, o campo continuou sendo predominante na formação econômica, não mais somente com a bovinocultura, mas, sim, com o arroz, resultado da migração de produtores, que já detinham *know how* desta cultura.

Na publicação do Produto Interno Bruto do Estado em 2007 elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, discorrendo sobre o desempenho econômico do estado de Roraima, esta constata que:

Em 2007, a economia do Estado de Roraima alcançou, em valores correntes, R\$ 4.169 milhões, com variação de 13,9% em valores nominais em relação à 2006. A taxa de crescimento foi de 2,6%, superior apenas ao Estado do Pará (2,2%) na Região Norte (3,8%), participando em 0,16% do PIB nacional. O crescimento real anual da economia roraimense no período de 2007/2006 foi de 2,6%, a frente apenas do Estado do Pará (2,2%), o segundo menor crescimento na Região Norte e dos estados da Paraíba (2,2%) e do Piauí (2,0%) no ranking nacional. (SEPLAN, 2007).

Nesta mesma linha de análise, o IBGE na publicação das Contas Regionais do Brasil, no período de 2004 a 2008, observa:

[...] o grupo dos Estados do Amapá, Acre e Roraima, 25^a, 26^a e 27^a posições, em 2008, respectivamente, estados economicamente muito parecidos, tendo em comum grande dependência do setor de Administração Pública, mantém suas participações em torno de 0,2% do PIB. Apenas Amapá e Acre alternam suas posições relativas, já que Roraima se mantém como o menor PIB do Brasil em toda a série. (IBGE, 2008).

Santos (2004) realiza uma análise das políticas públicas utilizadas para o desenvolvimento da região amazônica, identificando que:

...a persistência do discurso do desenvolvimento, adaptado às circunstâncias em que predominam valores voltados para um imediatismo, conforme modelo referido em Schneider et al. (2000) com respeito à Amazônia. Para o autor (Schneider et al. 2000, p. 21), a perspectiva dos governos locais na Amazônia é imediatista, daí seu apoio aos interesses econômicos de curto prazo. Assim, o futuro da comunidade pode ser comprometido com práticas predatórias, tornando, a longo prazo, práticas insustentáveis para todos os níveis da sociedade.

Ainda segundo Santos (2004), esta percepção é reforçada pela análise da formação da estrutura produtiva do Estado, pois “a transferência de capital entre setores da economia, explica porque os percentuais da estrutura produtiva do estado de Roraima não refletem os problemas que têm tido maior repercussão política”.

Na análise do PIB *per capita* das regiões Amazônicas, ao se comparar ao mensurado para o Estado de Roraima, a taxa de crescimento deste indicador no período de 1995 à 2005 foi o maior da região Norte do Brasil, e comparado aos demais países que compõem esta grandiosa região, perde somente para a Colômbia e seus estados amazônicos.

Tabela 06 – Taxa de crescimento e PIB *per capita* das regiões amazônicas (em US\$, ano 2000)

Regiões	PIB <i>per capita</i> 2005	PIB <i>per capita</i> Região/Nacional 2005 (%)	Taxa de Crescimento PIB 1995-2005
Bolívia	1.178,07		3,23%
Beni	817,81	69,42	0,84%
Pando	1.489,10	126,40	4,75%
Santa Cruz	1.586,22	134,64	3,95%
Brasil	3.609,52		2,34%
Acre	1.908,13	52,86	4,42%
Amapá	2.521,51	69,86	3,60%
Amazonas	4.242,13	117,53	4,69%
Maranhão	1.019,55	28,25	4,45%
Mato Grosso	3.769,99	104,45	7,7%
Pará	1.852,04	51,31	2,81%
Rondônia	2.314,37	64,12	4,66%
Roraima	1.810,99	50,17	7,79%
Tocantins	1.400,98	38,81	6,26%
Colômbia	2.018,35		12,95%
Amazonas	940,95	46,62	13,90%
Caquetá	1.111,15	55,05	11,63%
Guanna	769,73	38,14	12,72%
Guuavare	1.210,03	59,95	5,75%
Putumayo	705,33	34,95	11,70%
Vaupés	1.424,66	70,59	13,28%
Equador	1.605,58		3,22%
Morona Santiago	705,94	43,97	-2,52%
Napo	871,43	54,28	-4,13%
Orellana	25.628,22	1.596,20	97,61%
Pastaza	6.620,34	412,33	33,58%
Sucumbios	10.083,96	628,06	63,86%
Zamora – Chinchipe	990,77	61,71	0,21%
Guiana	960,61		1,73%
Peru	2.352,47		3,32%
Amazonas	1.247,53	53,03	1,19%
Loreto	2.136,18	90,81	0,31%
Madre de Dios	3.223,56	137,03	6,47%
San Martin	1.323,30	56,25	5,04%
Ucayali	1.601,35	68,07	3,17%
Suriname	2.551,00		3,35%
Venezuela	5.117,04		1,97%

Fonte: Geo-Amazônia (2010)

Conforme o estudo “*Perspectiva do Meio Ambiente na Amazônia – Geo Amazônia*”, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em colaboração com o Centro de Pesquisa da Universidad del Pacifico (CIUP), este observa que:

A análise do PIB *per capita* das regiões amazônicas mostra que algumas regiões registram valores superiores aos do respectivo país. Tal situação resulta do número relativamente pequeno de habitantes dessas regiões e da exploração de uma grande quantidade de recursos naturais, como minérios, petróleo ou gás (Amazonas, no Brasil, e Orellana, no Equador), que constituem uma fonte de valor agregado. Não se pode afirmar, porém, que essas regiões tenham um nível de desenvolvimento elevado, pois na maior parte dos casos os lucros não são reinvestidos na região; muito pelo contrário, o que se observa em sua maioria são indicadores de pobreza elevados. O Equador é um exemplo dessa situação. O PIB *per capita* de Orellana e Sucumbios é particularmente alto, porquanto nessas regiões se concentram as principais jazidas de petróleo do país, com cerca de 5 milhões de hectares em regime de concessão; seus índices de pobreza, no entanto, são mais elevados que o nacional: 84,2% em Sucumbios, 80,2% em Orellana e 55% no âmbito nacional. (2010, p. 57).

Reforçando a ideia do diferencial entre crescimento e desenvolvimento econômico, discorrido no capítulo 2 deste trabalho. E também a importância de não se realizar análise de índices isolados na tentativa de mensurar ou justificar o desenvolvimento.

4.2.1 A estrutura produtiva

Na Tabela 07 é apresentada a evolução histórica da estrutura produtiva de Roraima em relação aos setores fundamentais da economia: primário, secundário e terciário. Estes dados foram coletados de séries históricas elaboradas pelo IBGE e mostram que, entre 1970 e 2006, os setores sofreram alterações dignas de nota, sendo que o setor terciário passou a compor mais de 80% da força produtiva, enquanto o primário reduziu para menos de 10%.

Tabela 07 – Estrutura produtiva de Roraima 1970 à 2006

Ano / Setor	Primário	Secundário	Terciário
1970	33,96%	3,77%	62,27%
1975	32,88%	6,1%	61,02%
1980	18,95%	17,19%	63,86%
1985	15,27%	21,42%	63,31%
1997	6,33%	23,15%	70,52%
2002	9,9%	11,9%	78%
2006	7,7%	10,9%	81,5%

Fonte: IBGE apud FECOR E SEPLAN

Santos observa que:

...apesar disso, são as atividades ligadas aos outros setores, principalmente o primário, que mais têm ocupado espaço na mentalidade e no discurso de políticos, de empresários e da mídia locais. A redução da agropecuária e da indústria é atribuída às dificuldades causadas por forças externas e não à falta de vigor e problemas de mercado da economia local. O crescimento urbano, principalmente de Boa Vista, e a existência de uma máquina burocrática civil e militar, relativamente numerosa, constitui um mercado consumidor interno relativamente alto, em vista de uma massa de salários regular e contínua. O setor secundário tem alguma expressão graças à madeira, mas, como o primário, é dependente do acesso facilitado aos bens naturais e ao crédito. Além disso, o mercado da madeira, além de majoritariamente externo, é tradicionalmente instável. (SANTOS, 2004)

Este quadro vem se mantendo, pois nas últimas mensurações divulgadas do PIB por estados, realizadas pelo IBGE, foi levantado que em Roraima o setor de serviços continua sendo aquele que tem maior participação na economia do Estado. Dentro deste setor a atividade que tem a maior participação com 47,3% foi a administração, saúde e educação públicas e seguridade social, tendo esta um crescimento em termos reais de 5,7% em 2008. Entre as informações divulgadas outra variável chama a atenção, pois a dependência econômica no setor público faz com que as atividades do Estado sejam as que consigam ter o menor valor adicionado bruto⁸ a preços básicos. Em 2008 este valor foi de 4.503 (milhões de reais), enquanto o mais próximo foi o estado do Amapá com 6.318 (milhões de reais), superando em 40,30% ao de Roraima.

⁸ Segundo definição do IBGE, o Valor Adicionado Bruto refere-se ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

A tabela 08 é apresentada a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos em Roraima em uma série histórica de 2004 a 2008, reforçando a análise da mínima alteração na estrutura econômica do Estado e a forte predominância do setor de serviços, principalmente pela participação pública.

Tabela 08 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos em Roraima (2004 a 2008)

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	11,00	7,70	7,70	6,70	6,40
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	9,30	6,90	6,40	5,30	5,10
Pecuária e pesca	1,70	0,80	1,30	1,40	1,30
Indústria	10,30	11,00	10,90	11,50	12,70
Indústria extrativista	0,10	0,10	0,00	0,30	0,30
Indústria de transformação	3,70	3,00	2,10	1,80	2,90
Construção civil	4,90	6,40	7,20	7,70	8,20
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,70	1,60	1,50	1,70	1,40
Serviços	78,70	81,30	81,50	81,80	80,80
Com. e serviços de manutenção e reparação	13,30	10,90	11,50	11,00	11,20
Serviços de alojamento e alimentação	0,90	1,70	1,80	1,40	1,50
Transporte, armazenagem e correio	1,90	2,30	2,70	2,30	2,40
Serviços de informação	1,60	2,30	2,20	2,00	2,50
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços selecionados	1,70	3,50	3,20	2,00	2,50
Serviços prestados às famílias e associativas	1,20	1,30	1,40	1,50	1,20
Serviços prestados às empresas	1,00	1,30	1,50	2,20	3,00
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,30	8,10	7,60	8,10	7,30
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	46,60	48,40	48,00	48,40	47,30
Saúde e educação mercantis	1,40	0,80	0,80	0,80	0,70
Serviços domésticos	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto (2004 a 2008)

Entre as variáveis destacamos a redução da participação do setor agropecuário que em 2004 chegou a ser de 11,0% e em 2008 foi de 6,4%; uma redução de 41,81%. Mesmo que o setor industrial tenha alcançado uma taxa de crescimento esta não foi o suficiente para cobrir este déficit de forma produtiva e com isso o setor de serviços, em especial o setor público, é quem o fez. Se a representação do PIB de Roraima no âmbito nacional é baixa, atingindo o patamar de 0,2% do total, a participação na Balança Comercial brasileira é mínima, onde no ano de 1998 foi de 0,005% e em 2010 apenas 0,0074%.

As taxas de crescimento insignificantes e a manutenção da estrutura produtiva do Estado, reforçam a análise desenvolvida pelo economista Kaldor⁹, que considera o setor industrial que, em sua essência, possibilita a agregação de valor ao produto e, com isso, movimenta toda uma cadeia de suprimentos ex-ante e ex-post, tornando assim este setor o “motor do crescimento” por ser o mais dinâmico e difusor de inovações.

Estas informações podem ser evidenciadas pelo cadastro de empresas que fizeram operações com o exterior entre os anos de 2006 a 2010, segundo informações do SISCOMEX, em nenhum destes anos não houve mais de 40 empresas com atividades de comercialização, sendo que estas se repetem anualmente, não havendo assim um incremento significativo no contexto sócio-econômico das atividades agropecuárias e industriais.

Na exportação, em especial no ano de 2010, a pauta de produtos demonstram o quanto a base industrial do estado é fraca, para não defini-la como incipiente. Pois neste ano o principal produto exportado, representando 35,71% do faturamento com exportações, foi o consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes para aeronaves, visto que as aeronaves fazem o reabastecimento no aeroporto de Boa Vista e este passa a ser contado como exportação, mesmo não havendo nenhuma refinaria no Estado.

Tabela 09 – Principais Produtos Exportados por Roraima em 2010

Produtos Exportados	US\$ F.O.B.	Part.%
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/ae	4.154.984	35,71
Madeiras serradas/cortadas em folhas,e	3.209.376	27,58
Couros/peles, int.bovinos, pena fl.prepars	1.666.512	14,32
Madeiras perf. etc., não coníferas	878.405	7,55
Graos de soja, mesmo triturados	438.007	3,76
Folhas p/folhead.etc.de outs. madeiras	301.588	2,59
Madeira de ipe, serrada/cortada em folhas, etc.	252.143	2,17
Armações e cabos de madeira de ferramentas	197.242	1,7
Outras madeiras tropicais, serradas/cort.fls.	113.425	0,97
Água incl.mineral/gaseif. Adicionada açúcar e aroma	107.783	0,93

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) - 2010

⁹ Kaldor, desenvolveu nos anos 1960/70 um conjunto de proposições teóricas para explicar as diferenças na dinâmica de crescimento dos países.

Kaldor também estabelece que as exportações são o componente da demanda agregada responsável por gerar um crescimento sustentável, segundo o mesmo “as exportações, e particularmente as industriais, desempenham o papel mais importante tanto pelo efeito multiplicador da renda como por gerar divisas para financiar as importações” (LAMONICA e FEIJO, 2007)

As estatísticas evidenciam o quanto Roraima precisa avançar para não depender de atividades atreladas ao setor governamental. A Junta Comercial do Estado (JUCERR), divulgou que até fevereiro de 2011 haviam 20.658 empresas ativas registradas em todo o Estado de Roraima.

Tabela 10 – Quantitativo de empresas e os tipos de formalização (até Fev/2011)

Empresas	Empresário	Sociedade	Filiais	Consórcio	Empreendedor Individual	Total
Ativas	11.440	4.988	2.471	8	1.751	20.658
Extintas	2.974	855	451	0	31	4.311
Canceladas	10.664	3.830	354	0	0	14.848
Transferidas	204	72	5	0	0	281

Fonte: Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR (2011)

A JUCERR divulga ainda, que somente no ano de 2010 foram formalizadas 2.496 empresas, e 1.200 e 1.122 nos anos de 2009 e 2008, respectivamente. A tabela abaixo compara a formalização no período de 2002 a 2010.

Tabela 11 – Histórico de constituição e os tipos de formalização (2002 a 2010)

Ano	Individual	Sociedade	Empreendedor Individual	Filiais	Total
2002	548	222	---	117	887
2003	592	236	---	125	953
2004	566	235	---	133	934
2005	569	252	---	105	926
2006	395	179	---	104	678
2007	574	253	---	106	933
2008	624	347	---	151	1.122
2009	654	381	---	165	1.200
2010	454	279	1.613	150	2.496

Fonte: Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR (2011)

Neste período foram formalizadas 10.129 empresas que representa 49,03% do total de pessoas jurídicas formalizadas ativas (20.658), que permite fazer uma análise do Estado, sendo a atividade empresarial relativamente nova. As principais

atividades econômicas das empresas formalizadas, 100% das principais são focadas no comércio e na prestação de serviços, conforme tabela seguinte.

Tabela 12 – Principais atividades formalizadas em Roraima (2010)

Nº	Código (CNAE)	Atividade Econômica Principal	Qtde
1	4712100	Comércio varejista: armazéns, empório; mercearia; mini-market; mini-mercado.	166
2	4781400	Comércio varejista: confecção masculina, feminina, infantil; loja de roupas; roupas em geral;	160
3	4755502	Comércio varejista: artigos de armarinho; loja de armarinho;	133
4	5611203	Serviço de alimentação sem serviço completo; bar, serviço de alimentação casa de doces e salgados; fast-food, lancheria, lanchonete, pastelaria, pizzaria, sorveteria, casa de suco e chá.	116
5	4723700	Comércio varejista: distribuidora de bebidas, água mineral, bebidas alcoólicas e não alcoólicas.	92
6	4744099	Comércio varejista materiais de construção em geral	92
7	4782201	Comércio varejista: calçados, sandálias, sapatos, tamancos e tênis	91
8	4761003	Comércio varejista: artigos de escritório, papelaria, material escolar, material de expediente.	90
9	5611201	Serviços de alimentação com serviço completo; churrascaria, pizzaria com serviço completo, restaurante com serviço completo	78
10	4789001	Comércio varejista: artigos de artesanato, bijuterias, joalheria, souvenirs.	76
		Total	1.094

Fonte: Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR

Observamos que no estado as atividades empresariais são destinadas ao atendimento das necessidades básicas da população, mas, principalmente, visam a comercialização e execução de serviços para o poder público. Contudo, em Roraima, o setor industrial não consegue de maneira efetiva se consolidar, por mais que sejam apresentadas, de maneiras isoladas, políticas de promoção. Fatores estruturais cruciais não são solucionados e impedem a efetiva implantação destas unidades produtivas, entre os principais estrangulamentos, podemos citar:

a. Energia, no Estado o fornecimento acontece de três fontes¹⁰, sendo que nenhuma delas é segura e com garantias de abastecimento constante;

b. Comunicação, em especial o acesso a internet, o Estado é atendido precariamente, sendo que as empresas fornecedoras não conseguem atender de maneira abrangente serviços com qualidade e segurança; e

¹⁰ A maior parte do Estado é através de energia importada da Venezuela utilizando o Linhão de Guri, parte do Sul do Estado é atendido pela Usina Hidroelétrica de Jatapu, que está funcionando parcialmente e não recebeu investimentos para ampliação de sua capacidade na última década e início desta, e por energia gerada por motores sendo que parte da capital (Boa Vista) e alguns municípios do interior estão sendo abastecidos por estes.

c. Estrutura logística - é consenso que para Roraima a distância dos demais centros urbanos já é considerado uma dificuldade e que para superá-lo deve haver um processo eficiente de transporte. Ao analisarmos as possíveis alternativas de escoamento, temos que os aeroportos do Estado não oferecem estrutura para o transporte de cargas e a malha rodoviária atual não é o suficiente em quantidade e com problemas de conservação dificultando a trafegabilidade.

Mesmo criando políticas de atração para o Estado e que se faça um processo de sensibilização do empresário visando à instalação de unidades industriais, Roraima enfrenta uma concorrência sem igual com as outras unidades da Federação localizadas na região Norte, sendo fatores diferenciados desde a localização com maior facilidade de acesso e escoamento, estrutura de produção e políticas de incentivos. Dentre as unidades federativas, destacamos o Amazonas – em especial sua capital Manaus, que tem sua consolidação econômica como pólo de produção industrial e tecnológico na Amazônia devido a ofertar uma gama de benefícios através do Pólo Industrial de Manaus (PIM) gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Em uma análise sobre os entraves do desenvolvimento econômico e a disparidade com outros Estados, Cruz (2010) discorre que:

De todos os estados da Amazônia Ocidental, Roraima é o que mais intensamente sente os efeitos da influência, positiva ou negativa, do Pólo Manaus sobre sua economia.[...] À luz da Teoria da Polarização essa dependência é mais bem compreendida pela existência da BR-174 (Eixo de Desenvolvimento) que liga um pólo dinâmico (Manaus, com seu moderno parque industrial e de serviço) a outro periférico (Roraima, cuja economia ainda é fortemente dependente dos gastos governamentais).

Em 2010 o Congresso Nacional sancionou a proposta que expande até o ano de 2020 os incentivos da Zona Franca de Manaus, mantendo o *status quo* de Manaus como pólo de recebimentos para novos investimentos no setor industrial-tecnológico na Amazônia.

Outro entrave que necessita ser trabalhado pelas políticas públicas, refere-se as terras que compõem Roraima. Na Tabela 13 é detalhada a distribuição das terras de Roraima, tendo que no Estado aproximadamente 85% das terras está sob domínio da União, a área total hoje ocupada por Terras Indígenas, Unidades de Conservação e imóveis destinados à Defesa Nacional é de aproximadamente 50% do território do Estado.

Tabela 13 – Distribuição das terras do Estado de Roraima

Destinação/Afetação	Hectares	Participação
Área Total do Estado¹	22.429.898	100,00%
a) Terras Indígenas demarcadas, homologadas ou registradas ²	9.665.538	43,10%
b) Área Aproximada de Terras Indígenas em identificação ou demarcação ²	643.000	2,90%
c) Subtotal de Terras Indígenas	10.308.538	46,00%
d) Unidades de Conservação em áreas não sobrepostas ^{3/4}	1.075.639	4,80%
e) Área Aproximada de Unidades de Conservação em criação ou estudos ⁴	1.059.078	4,70%
f) Subtotal de Unidades de Conservação	2.134.717	9,50%
g) Áreas das Forças Armadas ⁵	330.840	1,50%
h) Área Forças Armadas sobreposta em Unidade de Conservação (Caracarai) ⁵	86.099	0,40%
i) Área das Forças Armadas em Criação na Gleba Cauamé ⁵	142.400	0,60%
j) Subtotal de Áreas das Forças Armadas	559.339	2,50%
l) Terras Arrecadadas pelo INCRA*	5.236.998	23,30%
m) Terras Arrecadadas Estaduais³	2.029.198	9,00%
n) Assentamentos da Reforma Agrária³	1.241.579	5,50%
o) Imóveis Rurais Titulados pelo INCRA³	1.156.766	5,20%

Fontes: 1- IBGE; 2 - MJ/FUNAI; 3 - MDA/INCRA; 4 - MMA/IBAMA; 5 - MD.

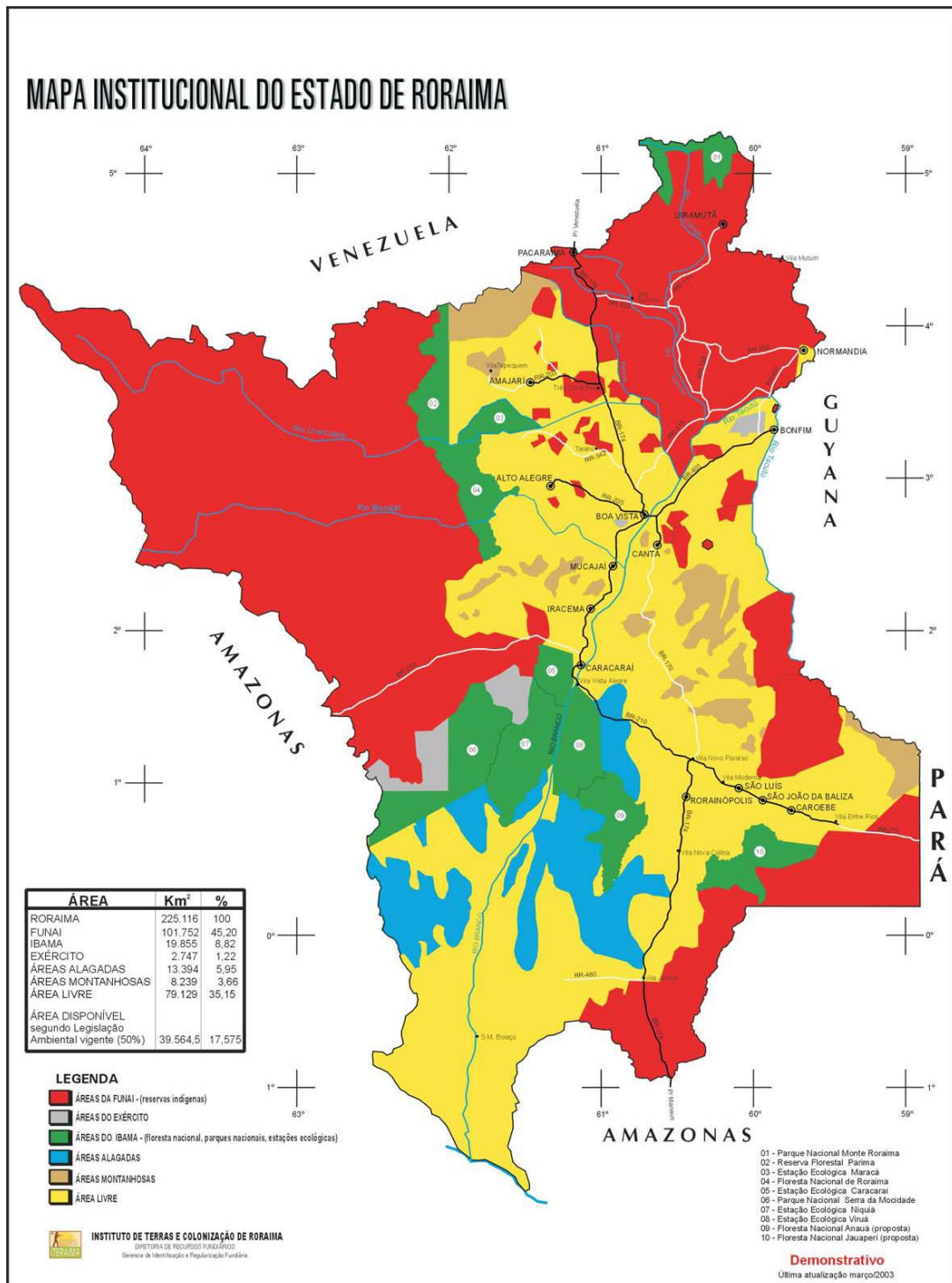
* Inclui áreas pretendidas pelas Forças Armadas e para a criação de unidades de conservação ambiental.

Cabe aqui uma análise mais específica no que tange a produção agrícola, onde duas situações são complicadoras para uma ampliação sustentável da produção: a distribuição de terras e a indefinição quanto à regularização destas. Em relação ao tamanho do território do Estado que conta com uma superfície de 22.429.898 ha a disponibilidade de terras para a agricultura é de aproximadamente 9 milhões de hectares, equivalente a 42% da área total de Roraima. No que tange a disponibilidade de terra para produção no Estado, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pela Casa Civil da Presidência da República em 2004 realizou um diagnóstico e propostas relativas à situação fundiária das terras de domínio da União no Estado de Roraima, o documento contextualiza que:

dessa área teoricamente disponível para uso agropecuário, há locais impróprios ou indisponíveis para o pleno aproveitamento agropecuário: áreas ocupadas por rios; terrenos marginais de rios federais e seus acréscimos; estradas; povoações urbanas; áreas muito declivosas, pedregosas ou pantanosas; áreas dos imóveis rurais destinadas à conservação como reserva legal (exploração restrita) e outras áreas de preservação permanente.

Esta distribuição de terras é apresentada no Mapa 01, onde se observa de forma mais evidente que grande parte do território de Roraima está concentrado sob o domínio de outras entidades e não o próprio Estado, dificultando com isso as políticas de ampliação da produção.

Mapa 01 – Distribuição das terras do Estado de Roraima



Fonte: Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA)

Garófalo e Pinho (2008) no artigo que comparam o desenvolvimento regional e demarcação de terras identificam que:

É necessário estabelecer estratégias para o crescimento e o desenvolvimento econômico regional equiparem-se, ou que o desequilíbrio não continue tão latente, como no caso de Roraima. Este, perceptivelmente, sofre um processo previsível de subdesenvolvimento, com a economia baseada em serviços, particularmente na atividade pública, e que vislumbra na agropecuária (nesta sobressaindo o arroz) uma cultura promissora. Contudo, essa atividade esbarra na problemática das terras, em grande parte destinadas aos silvícolas. Torna-se necessário por parte do governo e da sociedade civil, uma reflexão, assimilação e estruturação da soberania no tocante à disponibilidade dessas terras para finalidades inerentes ao setor primário da economia.

O segundo entrave destacado refere-se a uma condição básica de uma economia de mercado, a segurança a propriedade particular, sua ausência causa instabilidade ou insegurança nos investidores. Pois do total das terras de Roraima apenas uma pequena parcela estão documentadas e dão garantia de posse aos seus proprietários ou que os mesmos tenham condições de acessar linha de crédito e de benefícios oferecidos para se instalarem no Estado. O repasse e titulação destas terras estão acontecendo somente após a definição da demarcação das terras indígenas (Reserva Raposa Serra do Sol) é que a União iniciou o processo de repasse da titulação das terras para o Estado.

Neste cenário cabe uma reflexão sobre a inserção competitiva de Roraima, pois é necessário que se foque nas vocações e potencialidades do Estado associadas à dinâmica da economia nacional e mundial. Tendo como maior desafio, conciliar o crescimento e o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica. Neste foco já foram desenvolvidas ferramentas que se abordadas/aproveitas pelo Estado podem vir a dinamizar tal desenvolvimento. Entre os principais pontos estão:

- a) O zoneamento ecológico-econômico;
- b) A atração de investidores;
- c) Incubadora de empresa;
- d) O fortalecimento dos fundos de desenvolvimentos econômico.
- e) Identificação dos setores mobilizadores (APL's);

4.2.2 Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima um marco estratégico para o planejamento do Estado

O Zoneamento Ecológico-Econômico não se limita a disciplinar o uso do território e indicar unidades restritivas de preservação, mas considera o processo de ocupação territorial e de desenvolvimento, propondo alternativas e diretrizes programáticas. Por isso, o resultado do Zoneamento Ecológico-Econômico não é apenas a consolidação de um arcabouço legal, mas tem um caráter propositivo, orientando as ações prioritárias para cada zona.

Em especial no Estado de Roraima, a concepção deste instrumento e sua efetivação são focados na orientação e planejamento da ocupação do solo e controle da utilização dos recursos naturais do território do Estado de Roraima. Segundo o Art. 3º da Constituição Estadual de Roraima, versa *in verbis*:

instrumentalizar o disposto no art. 3º da Constituição Estadual, de modo a orientar a implementação de medidas que assegurem a utilização racional dos recursos naturais do Estado de Roraima que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais de cada sistema ambiental identificado (Unidades de Planejamento e Gestão Territorial) dentro do princípio de sustentabilidade social, econômica e ambiental, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável. (Roraima, 2010)

Tendo como base a atividade sócio-econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, este instrumento tem os seguintes princípios (SPOT/RR):

- a) Soberania nacional e autonomia do Estado de Roraima;
- b) Propriedade privada e função social da propriedade;
- c) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- d) Cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de planejamento e ordenamento do espaço geográfico roraimense;

- e) Produção sustentável com tratamento diferenciado para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte;
- f) Reconhecimento da diversidade sócio-cultural com vistas à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania.

Esta ferramenta serve de subsídio a estruturação de políticas públicas relativas a acessos a créditos, incentivos fiscais e outros tipos de investimentos, que estiverem em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico/RR, e compatíveis com o Plano Plurianual de Ações (PPA) do Estado de Roraima.

Deve ser observado, que por definição o planejamento e execução das ações públicas e privadas devem ser orientadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico/RR com base nas Unidades de Gestão e Planejamento Territorial definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental, aptidão de uso e regimes diferenciados, destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos naturais, garantindo, dessa maneira, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O Zoneamento Ecológico-Econômico/RR irá subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas aos tomadores de decisão, segundo o enfoque da compatibilização das atividades econômicas com o meio ambiente. Outro ponto fundamental desta ferramenta, é sua utilização no âmbito nacional e também pelas demais Unidades da Federação, sendo que será possível identificar e complementar as políticas públicas nacionais de desenvolvimento e do meio ambiente, comparando suas afinidades e incongruências; visando reunir esforços para identificar oportunidades de uso dos recursos naturais, estabelecendo os parâmetros necessários à exploração e os impactos decorrentes, positivos e negativos.

No contexto amazônico e a importância que tem a região, este processo também irá contribuir para identificar e analisar problemas ambientais como áreas degradadas por desmatamentos, perda ou degradação do solo e da água por garimpagem, prática inadequada de agricultura e pecuária, usos inadequados ou permissivos das águas superficiais e subterrâneas, pesca e caça predatórias, exploração irregular de recursos florestais e de biodiversidade e o desenvolvimento urbano descontrolado.

Dessa forma, o Zoneamento Ecológico-Econômico deve contribuir, ao final do processo, para a construção de um sistema de apoio à gestão que propicie:

- a) Um plano contínuo de coleta, tratamento, atualização e disseminação de informações;
- b) Um mecanismo de subsídio contínuo à implementação das estratégias de desenvolvimento nas zonas estabelecidas;
- c) Um monitoramento contínuo da situação das zonas estabelecidas;
- d) Um apoio técnico à regulamentação de diretrizes legais propostas com interlocução nas Casas Legislativas;
- e) Uma referência matricial com as instituições envolvidas com o PPA.

Por fim, o Zoneamento Ecológico-Econômico/RR, se efetivamente utilizado para a definição de políticas públicas, poderá definir as diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista, de desenvolvimento econômico e social para cada sistema ambiental identificado e, quando for o caso, de ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos, porventura ocorridos.

4.2.3 As políticas de atração de investidores

Os incentivos existentes para os empreendedores e os pequenos negócios no Estado de Roraima foram identificados junto a instituições e entidades que de alguma forma, tem uma política, programa ou projeto que visem o desenvolvimento. Estas entidades são das esferas públicas, institucionais e de representação e privada, sendo identificadas:

- a) Agência de Fomento do Estado de Roraima (AFERR);
- b) Banco da Amazônia S. A., gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- c) Banco do Brasil S. A. (BB);
- d) Caixa Econômica Federal (CEF);
- e) Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima (CODESAIMA);
- f) Faculdades Estácio e Atual da Amazônia ;
- g) Faculdades Cathedral;

h) Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) e as instituições que compõem o sistema: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL);

i) Federação das Empresas Comerciais do Estado de Roraima (Fecomércio) e as instituições que compõem o sistema: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e Instituto de Pesquisa Fecomércio;

j) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);

k) Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo do Estado de Roraima (SEPLAN);

l) Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);

m) Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);

n) Universidade Estadual de Roraima (UERR);

o) Universidade Federal de Roraima (UFRR);

p) Universidade Virtual de Roraima (UNIVIR).

No Estado de Roraima existe um arcabouço de atrações fiscais, tributárias e de acesso ao crédito visando a atração de investidores. Estas passam a ter um papel fundamental no processo de desenvolvimento, pois ao atrair potenciais empresas para se instalarem no Estado, estas dinamizam o ambiente fortalecendo a capacidade empreendedora. E do outro lado, como são utilizadas regras e critérios para serem beneficiários os proponentes ampliam a possibilidade de tornarem-se executores de práticas sustentáveis.

a) Vantagens Fiscais e extra-fiscais que a União oferece

Como em todo o Brasil, Roraima também foi beneficiada com a implementação da Lei Complementar nº 123/2006 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte que passou a vigor em sua integralidade, no que pese seu novo regime de tributação, somente em 1º de julho de 2007. O estatuto buscou aperfeiçoar as normas do Simples Federal regulamentado pela Lei nº 9.317 de 1996, e do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, disposto

na Lei nº 9.841, de 1999. Conforme o art. 1º, incisos I, II e III, as principais alterações envolvem:

I - A apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

II - Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.

III - Ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Dentre os incentivos federais às empresas localizadas no estado de Roraima, destacam-se aqueles administrados pela SUFRAMA, pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia. Sob a administração da SUFRAMA há alguns dos benefícios que fazem parte da política de desenvolvimento da Amazônia Ocidental como os destinados a empreendimentos industriais que se localizem na Zona Franca de Manaus (ZFM) e que são extensivos à Amazônia Ocidental:

- **Isenção de IPI:** inclui a mercadoria de procedência estrangeira consumida na Amazônia Ocidental, desde que listada na Portaria Interministerial n.º 300/96¹¹. As mercadorias de procedência nacional ingressada na ZFM e demais áreas da Amazônia Ocidental; produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, em todas as localidades da Amazônia Ocidental.

- **Crédito do IPI:** calculado como se devido fosse sempre que os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional sejam empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou materiais de embalagem na industrialização em qualquer ponto do território nacional de produtos efetivamente sujeitos ao referido imposto.

¹¹ A Portaria Interministerial MF/MPO Nº 300, de 20 de dezembro de 1996, produz benefícios por aprovar a pauta de produtos e bens a serem comercializados com os benefícios instituídos no decreto-lei n.º356, de 15/08/68.

- **Iisenção do Imposto de Importação:** a mercadoria de procedência estrangeira listada na Portaria Interministerial n.º 300/96 destinada à Amazônia Ocidental.

- **Programa Especial de Exportações da Amazônia Ocidental – PEX-PAM:** importação de matérias-primas, insumos e componentes para industrialização de bens destinados exclusivamente à exportação com isenção de impostos: de Importação (II), de Exportação (IE), sobre produtos industrializados (IPI), de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos devidos a quaisquer órgãos da administração pública; Inexigibilidade ao cumprimento de Processo Produtivo Básico; Autorização de importações extra-quota; Concessão de quota-prêmio; e crédito prêmio para equalização de transporte.

Acerca dos incentivos federais administrados pela SUDAM, fazem parte o Imposto sobre a Renda que gera uma redução de 25% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados.

b) Vantagens Fiscais e extra-fiscais que o Estado de Roraima oferece

Os incentivos fiscais oferecidos por Roraima a empreendimentos que queiram se instalar no Estado são definidos pela Lei nº 215, de 11 de setembro de 1998, atualizada pela Lei nº 399, de 30 de setembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto de nº 3341-E, de 30 de dezembro de 1998.

Este mecanismo tem por objetivo incentivar por meio de isenções fiscais, os produtores, vinculados às cooperativas e associações agropecuárias localizadas no Estado, bem como participantes do Projeto Integrado de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima.

As isenções dos tributos previstos até o exercício de 2018, são:

- a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- b) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- c) Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITD);
- d) Taxas na prática de atos de expedição de documentos relativos às suas finalidades essenciais.

Além das leis de incentivos desenvolvidas pelo Governo do Estado de Roraima, existe uma política de estímulo para infra-estrutura, entre as principais podemos citar a cessão de lotes a preços reduzidos no Distrito Industrial de Boa Vista; a simplificação do procedimento para constituição e registro das micro e pequenas empresas que hoje está localizada na Junta Comercial denominada de Central Fácil. E por fim, a regulamentação da Lei Geral no que tange a simplificação das exigências às micro e pequenas empresas para participação em processos de licitação de entidades e órgãos do Governo.

Em especial para os municípios de Boa Vista e Bonfim o Governo Federal decretou que estes município fossem considerados como Áreas de Livre Comércio (ALC)¹² que, em termos gerais, foram criadas para promover o desenvolvimento de regiões fronteiriças e como apoio à Política de Integração Latino-Americana.

Por esse mecanismo, as empresas localizadas nestes Municípios podem obter benefícios sobre os seguintes tributos: Imposto de importação, IPI, PIS, COFINS, ICMS. As isenções e reduções das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim serão mantidos por 25 anos.

Efetuando-se uma análise das características dos incentivos concedidos ao setor empresarial instalado no Estado de Roraima, observa-se que esses incentivos em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), não parecem incorporar mecanismos de estímulo a modernização tecnológica das empresa, assim como não foram identificados que estes incentivos não preveem, também a indução da interação entre empresas, clientes e fornecedores nem possuem mecanismos de estímulo à criação de vantagens competitivas dinâmicas pertinentes para Roraima.

Para Roraima os incentivos que visam estimular a produção e conseqüentemente a comercialização, parece não estarem dotados de mecanismos estimulantes para o desenvolvimento tecnológico e nem atuar de forma cooperada com os demais agentes da cadeia de produção/comercialização.

¹² Estas são estabelecidas por ato legal do Governo Federal, envolvendo o perímetro urbano e áreas para entrepostamento. A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA é o órgão administrador das ALCs e a Receita Federal promove a fiscalização.

4.2.4 O fortalecimento dos fundos de desenvolvimento econômico

Entre os principais fundos de desenvolvimento, encontram-se o Fundo Constitucional do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), o foco para a criação destes fundos, foi de buscar reduzir o desequilíbrio na distribuição de riquezas no território nacional e promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões. Sua origem está na Constituição Federal de 1988, que destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Em especial o Estado de Roraima por fazer parte da Região Norte é beneficiado através do FNO, este fundo, por sua vez, é administrado pelo Banco da Amazônia e foi instituído pela Constituição de 1988, o FNO tem como fonte de recursos o Imposto de Renda. Os recursos são destinados ao financiamento do setor produtivo da região, segundo critérios definidos pela instituição financeira em parceria com Governos Estaduais.

Em seu bojo o FNO é tido “como principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento regional sustentável” (Banco da Amazônia, 2008). Segundo o Plano de Aplicação dos Recursos de 2008 estabeleceu que:

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzem alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade ambiental.

As condições de financiamento são diferenciadas para todos os portes de empresa, pois oferecem uma taxa máxima de juros de 10% ao ano fixas não havendo indexadores e com 15% de bônus de adimplência para os tomadores que realizam o pagamento dentro do prazo. Para as empresas de micro e pequeno porte as condições são ainda mais atrativas, pois os juros caem para 6,75% para micro e 8,5% para pequena empresa. Sendo esta uma linha especial que financia para empreendimentos que estão sendo implantados, isso é, se o empreendedor tiver um

planejamento de um negócio que apresente indicadores de viabilidade e consiga atender as exigências de cadastro e garantias o Banco da Amazônia poderá financiar até 100%, isso é, o investimento integral.

Coordenado pela SUDAM, existe o fundo de desenvolvimento regional denominado Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), tendo como condições operacionais seguintes: destinação dos recursos para implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados nas áreas de atuação da SUDAM e de acordo com as diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia e para a modalidade de participação: subscrição e integralização de debêntures conversíveis em ações com direito a voto (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, 101).

Com outro foco o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), que é um fundo fiscal de investimento, foi desenvolvido pelo Governo Federal tendo:

“como objetivo a mobilização de recursos para regiões carentes de poupança privada, com a finalidade de incentivar empreendimentos econômicos com capacidade de promover o desenvolvimento regional, seguindo diretrizes e prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional” (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, p. 100).

Este fundo também é administrado pela SUDAM e possibilita a pessoa jurídica beneficiada que deduza 18% de seu imposto de renda devido, com a finalidade de investi-los na Amazônia em inversões fixas.

Em Roraima já existem dois fundos de desenvolvimento estruturados pelo Governo do Estado, sendo: o FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial), visando a estruturação do setor empresarial e que irá financiar a médio e longo prazo a implantação de empreendimentos industriais e agrícolas e o FUNDERR (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Roraima).

O FDI foi criado pela Lei nº 232, de 30 de setembro de 1999, para dar suporte ao desenvolvimento do Estado. Este fundo oferece ao investidor uma série de incentivos e benefícios fiscais e extra-fiscais, infra-estrutura direcionada à implementação de projetos industriais, agroindustriais e agropecuários. A seguir estão os benefícios concedidos através deste Fundo:

- a) Empréstimo de até 75% do ICMS efetivamente recolhido;
- b) Subscrição de ações debêntures ou cotas de capital em até 25% dos empreendimentos;
- c) Financiamento de capital de giro até o limite de 50% do valor do projeto;
- d) Aval de 30% do valor do empreendimento;
- e) Subsídio de até 70% nas tarifas de água e esgoto;
- f) Concessão de empréstimos a médio e longos prazos;
- g) Concessão em regime de comodato de infra-estrutura de armazenagem e de produção dos estabelecimentos industriais e agro-industriais cooperativas e associações de produtos;
- h) Doação de lotes, para implantação, realocização e ampliação de indústrias no Distrito Industrial governado Aquilino Mota Duarte;
- i) Tarifas diferenciadas de energia elétrica a empreendimentos Agroindustriais e industriais considerados estratégicos ao desenvolvimento do Estado de Roraima.

Já o FUNDER, foi criado em 1991 e regulamentado dez anos depois (2001), com o conceito de dinamizar e contribuir para o crescimento da economia estadual. Através dele é possível as empresas beneficiadas acessarem ao crédito, pois são financiados investimentos fixos ou mistos. Também beneficia a expansão de empreendimentos de todos os portes de agentes autônomos e de produtores rurais com sede no foro no Estado.

4.2.5 A estruturação de Arranjos Produtivos Locais para atuação dos setores mobilizadores

Além de se criar este ambiente focado no desenvolvimento da cultura empreendedora e do fortalecimento dos negócios, ainda há alternativas que podem ser trabalhadas de forma conjunta às demais ações acima descritas visando tais objetivos, entre estas a identificação e incentivo para a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL's). Sachs (2002) estabelece que “os arranjos produtivos comportam di-

ferentes tipos e graus de integração. Sua forma mais elaborada é representada pelos distritos industriais marshalianos, conhecidos também como *clusters*".

Um ponto fundamental quando se trata de Arranjos Produtivos Locais (APL's) é a forma de atuação através das relações de cooperação entre as empresas, e entre estas e as demais instituições que assumem um papel relevante no que tange aos ganhos de escala, aprendizagem, difusão de conhecimentos, capacidade inovativa e competitividade. No intuito de identificar o potencial desenvolvimentista através de APL's, Sachs (2002) argumenta que:

o estudo empírico dos arranjos produtivos deve permitir a identificação de problemas críticos a serem solucionados, caso a caso, por meio de políticas flexíveis de apoio, dirigidas à ampliação da competitividade destes arranjos. Sem pretender exaurir a lista dos problemas recorrentes, pode ser citados a capacitação profissional, o acesso à tecnologia, o financiamento, a pesquisa de mercado e a promoção conjunta de vendas no mercado interno e no exterior.

Oliveira *et al* (2008) reforça a relevância das estratégias públicas de fortalecimento de determinada localidade através de APL's, contextualizando que:

Para se entender o potencial dessa estratégia em termos de políticas públicas, Lacono e Nagano (2007) sublinham um levantamento dos APL no Brasil em 2005, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Este estudo identificou 955 arranjos atuando conjuntamente com 37 instituições governamentais, não-governamentais, federais e estaduais, o que demonstra sua relevância tanto em termos estratégicos quanto numéricos. A análise de APL pode subsidiar o delineamento de políticas mais efetivas e que privilegiem as especificidades locais.

A partir desta conceituação foram feitos levantamentos e análises junto aos mais diversos segmentos e não conseguimos caracterizar que em Roraima haja algum setor que atue de forma cooperada em sistema de APL de forma efetiva. Sendo identificadas ações de grupos atuando isoladamente para conseguirem alcançar melhores resultados, entre os quais os bananicultores no sul do Estado, principalmente no município de Caroebe e os bovinocultores de corte que estão atuando de forma no abate e comercialização.

A atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) estabeleceu uma metodologia para identificação e mapeamento de Arranjos Produtivos

Locais na Amazônia. Sendo que foi efetivamente o primeiro instrumento estruturado para dar suporte a gestão pública, através de uma metodologia geral e ajustada à realidade da Amazônia. Este trabalho foi desenvolvido com foco da análise da economia espacial e pode ser aproveitado para de forma atualizada identificar utilizando-se da sistemática desenvolvida em 2004.

O Banco da Amazônia que também atua no fortalecimento do desenvolvimento da região, desenvolveu em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) um levantamento “onde são apontados 52 APL’s prioritários para a condução de políticas de *clustering*¹³”. (OLIVEIRA *et al*, 2008)

Mas fundamentalmente, o que caracteriza e é benéfico na cooperação empresarial é que esta visa o atendimento de necessidades que dificilmente seriam satisfeitas com as empresas atuando isoladamente. Esta situação é desafiante que o Governo Federal incorporou o tema Arranjos Produtivos Locais (APL’s) no âmbito do seu Programa Plurianual (PPA), tendo como objetivo:

promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, elevando a competitividade e a internacionalização de empresa, principalmente as de micro, pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais. Esta meta constitui estratégia adequada para o alcance de um dos megaobjetivos do Governo: o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável, e que seja redutor das desigualdades.; (BRASIL, 2004)

Mas para que esse processo aconteça de forma efetiva há necessidade de organização e estruturação por parte das políticas públicas, visando o estímulo a iniciativas individuais e também coletivas, para que em um processo sinérgico consiga se estabelecer uma correlação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável.

¹³ Qualquer processo seja ele gerado por forças de mercado, políticas públicas, ou ações a partir da iniciativa privada, que tem um fim deliberado de promover a integração de empresas e fomentar o crescimento da atividade econômica das empresas afins em uma mesma área geográfica.

4.3 As políticas públicas na promoção ao empreendedorismo e fortalecendo os pequenos negócios – viabilidade e consistência para o desenvolvimento de Roraima

Como estabelecido, o desenvolvimento de uma região está diretamente ligado à sua capacidade de oferecer condições atrativas para que as empresas residentes continuem com suas atividades e para que novas empresas tenham interesse em se instalar na região. Estas 'condições atrativas' devem-se ser planejadas e executadas de forma estruturada com foco no desenvolvimento sustentável, pois devido a fatores estruturais e conjunturais ao qual o Estado está inserido, o que está sendo ofertado não conseguiu até o momento ser efetivamente atrativo para que empreendimentos de porte se estabeleçam em Roraima.

É de extrema relevância a atração de empresas que tenham abrangência de mercado nacional ou mesmo internacional, mas deve ser feita uma análise crítica pois observa-se que esta estratégia se ocorre sem o incremento e difusão da inovação pode ficar restrita ao aumento do crescimento econômico não gerando desenvolvimento. Em especial, para Roraima, a atração de um empreendimento de grande porte pode vir a gerar na verdade uma alta dependência da região em relação ao empreendimento, com isso, havendo apenas a substituição do fator gerador, pois como visto, o Estado atualmente tem uma alta dependência da economia do setor público.

É de suma importância para que Roraima consiga se inserir no cenário nacional, não só no aspecto econômico, como também no sócio-ambiental, que seja estabelecido um plano de desenvolvimento. E que este, de forma imperativa, conte com a mobilização de todos os elementos da sociedade (pública, privada e terceiro setor), mas que o trabalho deve ser orquestrado pelo Estado. Entendo que “*o essencial na convocatória é converter o problema do desenvolvimento em uma questão política e não técnica, sem economicismos paralisantes*” (MAGALHÃES, 2009), o autor ainda destaca:

O Estado, em qualquer recanto do mundo, abstraída a ideologia de cada qual, sempre liderou os projetos transformadores da realidade socioeconômica. A realidade da China, da Índia e da Rússia, nossos companheiros de

BRIC, é hoje a melhor e objetiva demonstração do magnífico sucesso dos projetos de desenvolvimento logrados sob liderança de Estados nacionais.

Um dos primeiros passos para estruturar este 'plano de desenvolvimento' e que cabe ao Estado: *planejar, estruturar e efetivar* um programa público voltado a formar e fortalecer organizações que cultivem a aprendizagem e a inovação, resultando no aumento da competitividade da sociedade como um todo.

Como abordado anteriormente, Roraima tem peculiaridades que o diferenciam das demais unidades da Federação, em especial das que estão inseridos no bioma Amazônia. Devido a estas peculiaridades, este estudo tem por hipótese que o eixo de desenvolvimento perpassa pelo fortalecimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios, tendo as políticas públicas como uma indutora do processo, visando melhorar as capacidades produtivas e as condições de acesso aos mercados dos empreendimentos.

Para atuar no fortalecimento do empreendedorismo em Roraima, as políticas públicas devem necessariamente contribuir para a criação de um ambiente de inovação e competitividade. Pois atualmente, os segmentos econômicos predominantes são focados nos mercados tradicionais, tendo como base técnicas produtivas e organizacionais rotineiras e conseqüentemente sendo pouco dinâmicos. Esta atuação do Estado é justificada pelo contexto de economia globalizada, onde a competitividade é um fenômeno que vai além do desempenho em gestão. Havendo necessidade das empresas adotarem processos e concentrarem esforços na produção buscando a forma de gerar melhores resultados, para isso necessitam de apoio e suporte de governos e instituições.

A partir do momento que o Estado foca seus investimentos de forma estruturada em projetos baseados no 'plano de desenvolvimento', e estes possibilitem a geração de benefícios impactando de forma efetiva nos aspectos de gestão e produção do empreendedor. Tais investimentos são considerados essenciais para que os pequenos negócios consigam se desenvolver, pois geram novos espaços para a comercialização, criam novos e diferentes canais de negócios, geram aumento da produtividade com a melhor qualificação dos trabalhadores e dinamizam o processo de inovação, passando estes pequenos negócios a utilizar a tecnologia como um importante suporte para seus empreendimentos.

Para que efetivamente consiga-se fortalecer a cultura empreendedora e o fomento aos pequenos negócios há necessidade de se traçar estratégia bem definidas e eficientes, pois estes não são sustentáveis apenas com ações pontuais, esporádicas ou realizadas isoladamente não estando dentro de um programa estruturado. Sendo necessário que em Roraima, como também em outras regiões, a concepção, definição e implementação de estratégias coletivas de desenvolvimento sejam fortemente articuladas pelos atores que tem papel diretor no dinamismo do ambiente. Tendo como principal condicionante de sucesso a necessidade de envolvimento da comunidade.

Julien (2010) foca em cinco grupos distintos de atores que podem afetar direta e indiretamente, de forma positiva ou não, o dinamismo dos pequenos negócios. Sendo:

- a) Instituições públicas e parapúblicas;
- b) Estrutura setorial;
- c) A mão-de-obra: papel fundamental na estrutura de desenvolvimento, pois é a partir de sua disponibilidade e esforço que se gerará resultados efetivos. Especialistas concordam que o investimento em inovação física, estrutural e tecnológicas são importantes, mas que a mão-de-obra é essencial para atingir qualquer nível de eficiência;
- d) Organizações de cooperação, em levantamentos realizados em entidades, instituições, grupos empresariais e de produtores foi possível identificar que a cultura da cooperação é ainda muito fraca. E não havendo esta interação, acaba culminando o não estabelecimento de redes, e com isso não existe o processo de troca de saberes e de *savoir-faire*¹⁴;
- e) Cultura empreendedora, para superação do estado de alienação de uma região é necessário utilizar a força empreendedora visando uma forma de transformar os caminhos para alcançar melhores condições de vida na sociedade industrial;

Estas estratégias visam a mobilização da sociedade local em favor do desenvolvimento, através da construção de parcerias entre atores do Estado, do Mercado e da Sociedade. Sempre focadas na identificação de potencialidade de

¹⁴ *Savoir-faire, know-how*, ou conhecimento processual é o conhecimento de como executar alguma tarefa.

desenvolvimento local, visando a convergência de investimentos orientados e o crescimento do capital humano e social, em um processo de articulação micro e meso-regional.

Ainda em se tratando de definição de estratégias, cabe destacar que estas devem centrar-se visando a integração de um programa de ação, buscando a inovação, a qualificação e/ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, e que fomentem, de forma estruturada. Neste sentido os esforços devem direcionar:

... a emergência de economias de aglomeração através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede, entre as empresas e entre estas e outros sectores relevantes para o desenvolvimento dos sectores a que pertencem e dos territórios em que se localizam. (in QREN1 2007-2013 de Portugal).

Visando explorar a sua estrutura já formada – que segundo dados da Junta Comercial do Estado de Roraima (JUCERR) em 2009 das empresas instaladas 93% eram enquadradas como micro e pequenas. Deve-se analisar diversos fatores que são considerados como pilares de sustentação, sendo:

a) *Os empreendedores que já atuam nas mais diversas atividades* – Roraima hoje possui uma estrutura empreendedora já estabelecida, tendo como principal atividade privada o setor comercial, mas vem fortalecendo de forma gradual sua estrutura industrial e também a modernização que o campo passou na última década foi significativa;

b) *As organizações, seus recursos, modos de funcionamento e abertura para o ambiente externo* – o Estado conta com uma rede de organizações de apoio e fomento já implantadas, sendo que algumas estão em pleno funcionamento e contribuem significativamente para a implementação de estratégias de promoção.

c) *Os recursos humanos e materiais locais e regionais* – até meados de 2003 existia apenas a Universidade Federal de Roraima oferecendo cursos de graduação a comunidade Roraimense, atualmente são mais de sete instituições de ensino superior (IES) instaladas no Estado, sendo estas públicas e privadas além dos cursos de ensino a distância. Este número de IES está tendo por consequência Roraima a ter um dos melhores percentuais de nível de escolaridade em ensino superior em

relação ao total da população. Atualmente existem aproximadamente 23.000 universitários, levando em conta que a população é de 397.000 habitantes, a relação da população universitária em relação ao total é de 5,8%.

Um fator importante para Roraima em sua análise populacional é que além do crescimento da população que é interessante analisar, mas que a maior elevação se deu na denominada População em Idade Ativa (PIA), com um crescimento de 113,8%. Já a População Economicamente Ativa (PEA) teve uma elevação neste mesmo período de 137,6%. Desta forma a taxa de atividade (População Economicamente Ativa/População em idade Ativa) em Roraima cresceu 11,1%, mais uma vez acima do cenário nacional e regional.

d) *Os comportamentos coletivos do meio, suas crenças, princípios e capacidade de desenvolvimento do capital social* – identificamos que este é um dos principais entraves a serem superados para que a promoção ao empreendedorismo e aos pequenos negócios consigam ser uma das bases de desenvolvimento sustentável de Roraima. Pois há necessidade latente de mudança de comportamento em relação a forma de atuação e a própria maneira de pensar de grande parte da população local. Assim como na Alemanha que após a queda do muro, teve que enfrentar um grande desafio, que foi criar uma solução para o problema do desemprego no leste, tendo mais de 5 mil pessoas altamente qualificadas sem ocupação. A partir desta problemática o Estado de Berlim, estabeleceu uma espécie de plataforma integrada de economia e ciências. Com isso para muitos a alternativa foi abrir o seu próprio negócio, pois segundo Strunk:

O problema naquela época, foi dar um jeito de convencer um professor, que começou sua carreira na Alemanha Oriental, como professor universitário ou da Academia de Ciências, tornar-se quase o oposto do que ele era antes: um empreendedor. E empreendedorismo era algo impossível na Alemanha Oriental.

Como resultado de um projeto de desenvolvimento com base nos princípios acima identificados cinco alavancas sociais de extrema importância são movimentadas:

- a) Acelera a circulação da informação entre os membros, em especial quando a confiança mútua é grande, permitindo assim ganhar sistematicamente tempo para a análise;
- b) Multiplica as fontes complementares ou novos laços informacionais para completar a informação conhecida à medida que as necessidades se desenvolvem;
- c) Impulsiona a comparação entre as organizações estimulando a capacidade de competitividade devido ao aumento da concorrência;
- d) Proporciona informações não rotineiras e novas facilitando sua multiplicação e troca dentro e fora do grupo;
- e) Transforma relação de competição entre as empresas em cooperação.

Com estas alavancas acionadas e mesmo como os desafios e dificuldades a serem superadas, Roraima pode iniciar um processo de ciclo virtuoso, conforme destacado por Julien (2010). Esta linha de pensamento, também foi abordada pelo economista Celso Furtado (1967) que defende a criação de externalidades como formas de beneficiar, em conjunto, empresas e consumidores. Conclui mostrando que as mudanças espaciais dependem, fundamentalmente de quatro fatores, a saber:

- a) Ritmo de crescimento, quanto maior o ritmo de crescimento, maior a elasticidade espacial e a possibilidade de dispersão ou desconcentração;
- b) Número de novas plantas, resultantes dos novos investimentos, especialmente de plantas motrizes;
- c) Plantas de processamento secundário, não dependentes de insumos e matérias-primas primárias, em geral altamente afetadas pelo custo de transporte
- d) Importância das economias de escala, as quais se ampliam com o progresso técnico.

Ao analisarmos todos os pontos apresentados até o momento, percebe-se que é o ambiente sócio-econômico que possibilita ou não o surgimento, desenvolvimento e fortalecimento de uma cultura empreendedora, principalmente focada nos pequenos negócios. E atuar no ambiente do empreendedorismo é centrar-se em inovação e tecnologia, as políticas públicas têm papel fundamental neste processo, estruturando e gerando capacidade de acesso aos pequenos

negócios, onde estes passam a ter uma capilaridade de informações permitindo ao empreendedor a agregação de valor ao seu negócio. Uma das principais estratégias das políticas públicas que focam na inovação e tecnologia, são as incubadoras de empresas, pois estas permitem ao empreendedor atuar de forma mais estruturada, pois contará com o auxílio de profissionais que irão lhe consubstanciar de informações para a tomada de decisão.

O acesso ao crédito para o empreendedor que deseja implantar seu negócio ou para aqueles empreendimentos já existentes são considerados estruturantes para políticas públicas. Pois o crédito possibilita a tomada de decisões e as estratégias dos empreendedores, propiciando o avanço de seus negócios na etapa de produção, neste contexto o efeito multiplicador do investimento gera renda e poupança necessária à consolidação financeira dos negócios, em especial aqueles de pequeno porte.

Para que isso venha efetivamente a ser realizado, as políticas públicas devem buscar inserir o empreendedor e os pequenos no mercado financeiro, sendo atendidos nas mais variadas formas, desde os bancos oficiais e privados, como também por cooperativas de crédito e a agência de fomento.

E por fim, mas não menos importante, as políticas públicas devem centrar-se no que hoje é considerado por algumas empresas como seu maior patrimônio: as pessoas. A formação de pessoas com mentalidade empreendedora é essencial para o desenvolvimento de uma região, sendo assim, a inserção do tema empreendedorismo na formação destes não deve acontecer quando estes tiverem se direcionando para o mercado de trabalho, mas desde a infância, com atividades específicas sobre empreendedorismo e gestão de negócios, promovendo atividades lúdicas e práticas, para que estas crianças e adolescentes possam entender, vivenciar e incorporar a sistemática do comportamento empreendedor. Em Roraima, duas ações promovidas junto a este público já estão consolidadas e começam a ter resultados positivos, entre estas *Junior Activiment*¹⁵ e o *Projeto Despertar – Empreendedorismo no Ensino Médio*¹⁶.

¹⁵

¹⁶ O Projeto Despertar é promovido pelo SEBRAE/RR e instituições parceiras e tem por objetivo intensificar a prática empreendedora nas instituições de ensino médio, visando à formação de profissionais para o mercado de trabalho e para vida. Tendo como público-alvo professores e alunos (docentes e discentes) selecionados, de Instituições de Ensino Médio Municipais, Estaduais, Federais e Particulares de Boa Vista

Tendo como ponto primordial de um projeto de desenvolvimento sustentável para Roraima de ser ter definida uma política industrial estruturada e efetiva. Considerando o conceito adotado por Campanário e Silva, (2004) que definem Política Industrial como sendo “a criação, a implementação, a coordenação e o controle estratégico de instrumentos destinados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, a fim de garantir condições de concorrência sustentáveis nos mercados interno e externo”.

Complementarmente, mas não menos importante, cabe as políticas públicas a criação e geração de soluções infra-estruturais, assumindo efetivamente funções essenciais, em especial no fortalecimento dos setores agrícola e industrial, onde efetivamente acontecem a agregação de valor em uma economia. Com o estabelecimento destas políticas concretas de criação e fortalecimento de pequenos negócios é possível que Roraima consiga obter um crescimento econômico sólido e que este atinja o desenvolvimento de forma sustentável.

Ao relacionarmos o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima ao empreendedorismo e aos pequenos negócios, tomando como pressupostos que estes podem ser veículos eficazes de transferência de conhecimentos, como também aumentam a competição nos mercados, seja por meio de novas idéias ou da incorporação de capital humano gerando diversidade no ambiente. Sendo assim, percebemos que as políticas públicas são essenciais para que se consiga de maneira efetiva se estabelecer um plano de desenvolvimento para Roraima com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na criação de um ambiente empreendedor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário mundial vive tempos de mudanças e transformações de toda a ordem, o acelerado ritmo das mudanças ocorridas na sociedade, o desenvolvimento tecnológico e a globalização dos mercados têm impulsionado a competitividade entre as organizações, no qual produtividade e qualidade passaram a ser elementos chaves, envolveram não só mudanças técnicas, mas também de comportamentos e de valores.

Independente do modelo econômico atual adotado pelos países é notório que existem pelo menos dois fatores que determinam a relevância da iniciativa privada no desenvolvimento de uma região:

- a) O crescimento econômico, primeiro passo para o desenvolvimento está intimamente ligado à atividade econômica privada; e
- b) O desenvolvimento de determinada região passa pela sua capacidade empreendedora, tanto da esfera pública quanto da iniciativa privada.

Também é comprovado que os pequenos negócios são entes vitais no processo de desenvolvimento econômico, assim como buscando analisar o empreendedorismo, é possível observar nas suas várias facetas, como este contribui de maneira decisiva no contexto sócio-econômico e políticos.

Para um ambiente empreendedor é necessário fatores como: recursos naturais, empreendedores com iniciativa e atuação governamental. E este, conforme enfatiza o GEM (2007) estão presentes na economia brasileira, sendo necessária então a articulação destes elementos. Como isso, para desencadear e conferir continuidade e sustentabilidade ao crescimento econômico de uma região, esta requer não mais as mesmas políticas convencionais, mas esforço concentrado em promover significativo salto de qualidade na estrutura produtiva.

No que concerne a localização geográfica, podemos definir que em Roraima este é um fator diferenciado, sendo favorável pela proximidade a dois mercados internacionais (Venezuela e Guiana) e um grande pólo de produção industrial nacional (Manaus/AM), tendo como contraponto ser a unidade federal mais isolada geograficamente do Brasil, ligada apenas por uma rodovia federal (BR-174) e estando excluída dos principais projetos estruturantes nacionais. Neste contexto é determinante, para que o Estado consiga alcançar níveis de crescimento que o levem a um desen-

volvimento de forma sustentável, requer, a implementação de um ambiente macroeconômico favorável e inserção externa sustentável a longo prazo. Além do desenvolvimento de estruturas produtivas dotadas de mais sólida competitividade, tendo uma maior densidade de integração aos mercados.

Neste trabalho identificamos que em Roraima já existem instrumentos consolidados que podem ser utilizados para a disseminação da cultura empreendedora e o fortalecimento dos pequenos negócios, visando levar o Estado a um desenvolvimento sustentável. Entre os principais acreditamos que cabe a esfera pública utilizar-se do Zoneamento Ecológico-Econômico como um instrumento de planejamento de suas ações visando dinamizar a força econômica. Assim como os empreendedores utilizarem-se deste instrumento como uma importante fonte de informações para a tomada de decisão e principalmente das definições estratégicas para o seu negócio.

Existem também, mas necessitando efetivar sua utilização principalmente por parte do setor empresarial, os fundos de desenvolvimento econômicos promovidos na esfera federal (FNO, FDA, FINAM), que encontram-se em pleno funcionamento. Como também os de âmbito estadual (FDI e FUNDER) que existem, mas necessitam de atualizações para adaptação a nova realidade dinâmica econômica do Estado neste novo decênio, assim como consigam ter um aumento em sua amplitude, visando o atendimento de um maior número de negócios e empreendedores. Sendo gerido dentro das normas e exigências de funcionamento, mas de maneira desburocratizada, eficaz e sem interferência política.

Além destes, outros fatores surgem como imprescindíveis no processo de formação do ambiente empreendedor, tais como:

- a. Elaboração do Plano de Desenvolvimento para o Estado, trata-se de um instrumento supra-partidário, sendo seu processo mais amplo, pois envolve diversos atores (empresários, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agência de desenvolvimento, entre outros) na sua concepção, execução, monitoramento e avaliação;
- b. Diagnosticar, definir e estruturar setores mobilizadores da economia roraimense, visando elevar o desenvolvimento da competitividade através de investimento em infra-estrutura econômica e a formação integrada de cadeias produtivas;

- c. Montagem de cadeias produtivas e sistematização através de APL's pela sua capacidade de integrar e mobilizar diferentes atores locais de forma coordenada;
- d. Promoção da regularização fundiária, quando se foca no desenvolvimento de uma determinada região através do empreendedorismo e dos negócios, é imprescindível que se atenda a um dos principais pré-requisitos: a garantia do direito a propriedade;
- e. Superação dos gargalos estruturais para aumentar a atratividade de investimentos, principalmente na: oferta de energia elétrica - com a possibilidade de integração ao sistema nacional, de logística - com a construção de um terminal de cargas no aeroporto internacional de Boa Vista e da ampliação e melhoria da malha viária do Estado, e de comunicação - com a inclusão do Estado no Plano Nacional da Banda Larga;
- f. Desoneração simplificação do sistema de cobrança de tributos, ao analisarmos o complexo sistema tributário nacional, acrescido aí da legislação tributária estadual que é ainda mais complexa e onerosa, temos como resultado desta combinação que as empresas roraimenses não conseguem ser competitivas, ficando impossibilitadas de aproveitar oportunidades de expansão para outros mercados.
- g. Utilização intensa e efetiva da mão-de-obra capacitada, atuando com os profissionais que estão sendo formados nas instituições de ensino superior do Estado, visando a elevação da eficiência dos empreendimentos. Gerando assim empresas com capacidade de agregação de valor e inversão do fluxo comercial de Roraima, isso é, a produção sendo comercializada para outras unidades da federação ou exportada para outros países;
- h. Propagar o ensino de empreendedorismo para todos os níveis educacionais, fortalecendo a pesquisa na área de empreendedorismo e estimulando o empreendedor científico;
- i. Estimular a criação de incubadoras e parques tecnológicos e científicos, visando preparar as empresas existentes para a formulação estruturada de suas demandas aos centros de alta tecnologia.

Tendo como pressuposto que ao traçar planos de desenvolvimento os governos priorizam o fortalecimento do empreendedorismo e a expansão das micro e pequenas empresas, por acreditar que estes implicam na geração de empregos, no

desenvolvimento pessoal, dentre outros fatores. A partir desta percepção, é certo inferirmos que, em especial para Roraima estes podem possibilitar a geração do desenvolvimento endógeno na economia regional, tendo a compreensão de que o desenvolvimento é gerado pela própria região e eventualmente conta com a participação ou recursos externos, sendo indispensável que seja promovido um coerente enquadramento político-institucional para a inovação e apoio ao empreendedorismo e aos pequenos negócios.

Neste contexto, as observações realizadas neste estudo são passos, que necessitam ser ampliados visando otimizar o processo de fortalecimento da cultura empreendedora focado nos pequenos negócios buscando o desenvolvimento sustentável para Roraima.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 LOCAL. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Disponível em: <<http://www.agenda21local.com.br/con1.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

ARMANI, D. **COMO ELABORAR PROJETOS? – GUIA PRÁTICO PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS**. Porto Alegre: Tomo, 2001.

BANCO DA AMAZÔNIA, **PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS 2008 – FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)**. Belém, 2007.

_____, **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS PELO FNO 2008 – FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)**. Belém, 2009.

BECKER, D. F. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NECESSIDADE E/OU POSSIBILIDADE?**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

BOSMA, N; LEVIE, J. **GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR 2009 – EXECUTIVE REPORT**. Santiago: Global Entrepreneurship Research Association, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL**. Brasília, 2006.

_____. Presidência da República. **DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS TERRAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA – RELATÓRIO FINAL**. Brasília, 2004.

BISPO, R. de S. **IDH DE RORAIMA: CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADES**. Boa Vista, Universidade Federal de Roraima, 2010.

CAMPANÁRIO, M. A., SILVA, M. M. **FUNDAMENTOS DE UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL**. In: FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. (Org.). Política industrial 1. São Paulo. Publifolha, 2004.

CAVALCANTE, S. R. **ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO. BREVES NOTAS SOBRE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO**, São Paulo, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **NOSSO FUTURO COMUM**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. **POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**. In: Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

DANTAS, J. G., ARAÚJO, C. A. L. **INSTRUMENTOS DE APOIO AO SETOR PRODUTIVO – ONDE BUSCAR APOIO PARA O SEU NEGÓCIO**. Brasília: MDIC, 2004.

DRUCKER, P. **INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR (ENTREPRENEURSHIP)**. São Paulo: Pioneira, 1988.

DUARTE, R. B. **PROCEDIMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO BASEADA EM ATIVIDADES COMO INSTRUMENTOS DE APOIO A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FILION, L. J. **O PLANEJAMENTO DE SEU SISTEMA DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL: IDENTIFIQUE UMA VISÃO E AVALIE O SEU SISTEMA DE RELAÇÕES**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV. v. 31, nº 3, jul-set, 1991.

_____. **EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS**. Revista de Administração. Universidade de São Paulo (USP). V. 34, n. 2, abril/junho, 1999(a).

FUKUYAMA, F. **LA CONSTRUCCIÓN DES ESTADO: HACIA UN NUEVO ORDEN MUNDIAL EN EL SIGLO XXI**. Barcelona: Ediciones B., 2004.

_____. **O FIM DA HISTÓRIA E O ÚLTIMO HOMEM**. Tradução de Maria Goes. Lisboa: Gradiva, 1999.

FURTADO, C. **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1970.

_____. **INTRA-COUNTRY DISCONTINUITIES: TOWARDS A THEORY OF SPATIAL STRUCTURES, IN SOCIAL SCIENCE INFORMATION**. Paris, UNESCO, Dezembro de 1967.

GARÓFALO, G. L.; PINHO, T. F. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DEMARCAÇÃO DE TERRAS – REALIDADE BRASILEIRA NA COOPERAÇÃO ECONÔMICA LUSO-ANGOLANA**. 1º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, 2008.

HISRICH, R. D. **EMPREENDEDORISMO**, trad. Lene Belon Ribeiro. – 5.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE, **AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NO BRASIL 2001**. Rio de Janeiro, 2003.

JULIEN, P. A. **EMPREENDEDORISMO REGIONAL E ECONOMIA DO CONHECIMENTO**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

JUCERR – **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA. ESTATÍSTICAS SOBRE EMPRESAS**. Boa Vista, 2011. Acessado em 07 de abril de 2011.

LAMONICA, M. T.; FEIJO, C. A. **CRESCIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: AS LIÇÕES DAS LEIS DE KALDOR**. In: Congresso da ANPEC, 2007.

LASTRES, H. M.; ARROIO, A.; LEMOS, C. **POLÍTICAS DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS: DO LEITO DE PROCUSTO À PROMOÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

MACHADO, H. P. V. **EMPREENDEDORISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Anais do II EGEPE, p. 378-393, Londrina/PR, 2001.

MAGALHÃES, R. de A., **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ESCOLHA POLÍTICA E NÃO TÉCNICAS. DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO IPEA** / organizador: José Celso Cardoso Jr. - Brasília: Ipea, 2009.

MARINHO, E. L. L.; NOGUEIRA, C. A. G.; ROSA, A. L. T.. **EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA LEI DE KALDOR-VERDOORN PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL (1985-1997)**, Rev. Bras. Econ. vol.56 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2002

MARINO, E. **MANUAL DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS**, São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1ª edição, 1998.

MARTES, A. C. B. **WEBER E SCHUMPETER: A AÇÃO ECONÔMICA DO EMPREENDEDOR**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270, abril-junho/2010

MCCLELLAND, D. C. **THE ACHIEVEMENT MOTIVE IN ECONOMIC GROWTH**. In: KILBY, Peter. (Ed.) Entrepreneurship and economic development. New York: The Free Press, 1971.

MEYER, D. e HEPPARD, K.A. **ENTREPRENEURSHIP AS STRATEGY**. London: Sage Publication, 2000.

MONTEIRO, J. V. **FUNDAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

OLIVEIRA, D. C. de; GUIMARÃES, L. de **O. PERFIL EMPREENDEDOR E AÇÕES DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO: O NAE/SEBRAE EM QUESTÃO**. In: XXVIII ENANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2003, Atibaia.

OLIVEIRA, C. M. de; REBELLO, F. K.; TRINDADE, E. F. da S.; ALVINO, F. de O.; YARED, J. A. G. **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE MADEIRA E MÓVEIS NA AMAZÔNIA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES**. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 4, jul./dez. 2008.

ONU/PNUD. **RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2010 — Edição do 20º Aniversário A verdadeira riqueza das Nações: Caminhos para o Desenvolvimento Humano**. Lisboa/Portugal, 2011.

_____. **RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2005: TABELAS DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**. Lisboa/Portugal, 2005.

PIMENTEL, N. **POTENCIAIS REGIONAIS COMO FATORES DE PRODUÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO**, Publicado no JCAM em 15 e 16 de março de 2009

RORAIMA, *Constituição do Estado de Roraima*, Boa Vista, 2010.

_____, **PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL E MUNICIPAL**, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), Boa Vista, 2007.

SACHS, I. **ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XXI: DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE NO BRASIL**. Brasília: Sebrae, 2002. p. 115.

SAMPAIO, E. O. **UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA RELEITURA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE DO BRASIL 1960-2001**. Salvador, 2003. Tese de Doutorado - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Disponível em www.ufb.br.

SANTOS, N. P. D. **POLÍTICAS PÚBLICAS, ECONOMIA E PODER: O ESTADO DE RORAIMA ENTRE 1970 E 2000**. Tese (Doutorado) - Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – 2004, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

SCHUMPETER, J. A. **TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, JURO E O CICLO ECONÔMICO**. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

_____. **CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEBRAE. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME (MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS)**, *Brasília-DF, 2010*.

TIJIBOY, J. A. **EDUCAÇÃO, ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**. Porto Alegre: Suliani, 1993.

GLOBO NEWS, **PROGRAMA CIDADES E SOLUÇÕES**. Brasil, programa exibido em abril/2011.

WENNEKERS, A. R. M., & THURIK, A. R. ***LINKING ENTREPRENEURSHIP AND ECONOMIC GROWTH***. *Small Business Economics*, 1999.